
Exercício de Sistematização de Experiências

Formulação de Recomendações
para a Estratégia Nacional de
Educação para o Desenvolvimento

2 e 3 de Março de 2009 | Lisboa

CIDAC

Graal

ISU

 mó-de-vida

Participantes

<i>Isabel Pardal</i> <i>Inês Cláudio</i>	ADPM
<i>Ana Jaleco</i>	AIDGLOBAL
<i>Andreia Soares</i> <i>Joana Pombo</i>	AJPAZ
<i>Alice Frade</i>	APF
<i>Adriano Palma</i>	CIC
<i>Luísa Teotónio Pereira</i> <i>Patrícia Santos</i>	CIDAC
<i>Inês Cardoso</i>	Cores do Globo
<i>Alfredo Soares Ferreira</i> <i>Noémia Simões</i>	Engenho & Obra
<i>Ana Patrícia Fonseca</i>	FEC
<i>Mariana Hancock</i>	F. Gonçalo da Silveira
<i>Ana Isabel Castanheira</i>	IMVF
<i>Luciana Almeida</i>	ISU
<i>Cristina Peixinho</i>	Oikos
<i>David Afonso</i>	Tese
<i>Alexandra Albino</i>	VIDA

Observadores

<i>Inês Rosa</i> <i>Madalena Sampaio</i> <i>Sérgio Guimarães</i>	IPAD
<i>Hermínia Ribeiro</i> <i>Pedro Cruz</i>	Plataforma Portuguesa das ONGD

Equipa de SE

<i>Denise Lima</i>	Grupo Brasileiro de Sistematização
<i>Colette Costa</i>	Mó de Vida
<i>Eliana Madeira</i>	Graal
<i>Luísa Teotónio Pereira</i>	CIDAC
<i>Rita Leote</i>	ISU

Estrutura do Documento

A. Objectivos do Exercício	4
a. Sistematização de Experiências	5
b. Caminho percorrido	6
B. Actividades da Oficina	12
c. Apresentação da ENED	12
d. Apresentação dos e das participantes e das suas expectativas	13
e. Apresentação da SE e da dinâmica do Exercício	15
f. Características das acções de ED em termos de temas, metodologias e públicos envolvidos	17
g. Actores envolvidos na ED e seus papéis	23
h. Factores internos e externos que favorecem e limitam as acções de ED	26
i. Mudanças verificadas nas acções de ED	34
j. Recomendações elaboradas pelos e pelas participantes	40
k. Frutos não-maduros	44
l. Avaliação do Exercício	46
m. Potencial e limitações do Exercício	56
C. Propostas de Continuidade	60
ANEXO 1 Carta Convocatória	62
ANEXO 2 Orientações metodológicas prévias	64
ANEXO 3 Linhas do tempo	68
ANEXO 4 Programa da Oficina	69
ANEXO 5 Questionário de avaliação do Exercício	72
ANEXO 6 Contactos das organizações participantes	73
ANEXO 7 Recomendações para a ENED	74

A. Objectivos do Exercício

O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD, em parceria com a Plataforma Portuguesa das ONGD, promoveu a realização de um exercício de Sistematização de Experiências (SE), no contexto da elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ED) em Portugal.

4

A iniciativa dá seguimento à vontade política expressa pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Prof. João Gomes Cravinho. Essa determinação foi anunciada publicamente em Maio de 2008, na sessão de abertura do Seminário realizado no quadro do Intercâmbio Portugal-Áustria no domínio da Educação para o Desenvolvimento/Educação Global, no qual participou um número significativo de ONGD, entre outras entidades, tanto públicas, como da sociedade civil.

Uma das principais conclusões resultantes deste Seminário foi a de que a Estratégia Nacional de ED (ENED) deveria ter em conta a experiência já existente, desde há vários anos, no nosso país, em matéria de concepções e práticas de ED.

Neste contexto, o exercício de Sistematização de Experiências teve como objectivo contribuir para a elaboração da Estratégia Nacional de ED com as aprendizagens resultantes da nossa prática e como objecto as acções de Educação para o Desenvolvimento realizadas entre 2005 e 2008 pelas ONGD que tiveram projectos de ED cofinanciados pelo IPAD.

Esta última opção teve em conta a necessidade de definir um universo de participantes a partir de critérios objectivos e claros. Aquele que pareceu mais evidente foi o do co-financiamento, por parte do IPAD, de projectos de ONGD no domínio da ED. Assim, foram convidadas a participar no Exercício as 19 organizações que tinham tido projectos aprovados pelo IPAD entre 2005 (ano do início da linha de co-financiamento de projectos de ED) e 2008.

É importante realçar que este grupo corresponde apenas a uma parte das organizações que intervêm na sociedade portuguesa no âmbito da ED, mas pareceu ser suficientemente significativo para que o resultado das suas reflexões pudesse ser considerado como um contributo válido para a elaboração da ENED. Por outro lado, está previsto um outro momento, posteriormente, no qual o conjunto das ONGD e, eventualmente, outras organizações com experiência em ED, poderão expressar os seus pontos de vista quanto à Estratégia Nacional de ED.

Os resultados deste Exercício constituirão uma das três bases inspiradoras do documento final de Estratégia Nacional de ED, sendo as duas outras a síntese de um debate sobre conceitos no âmbito da ED, realizado a 4 de Fevereiro de 2009 e uma contribuição escrita

do GENE – *Global Education Network Europe* (www.gene.eu) sobre experiências europeias de elaboração de Estratégias semelhantes.

Sendo um momento muito importante do processo de elaboração da Estratégia Nacional de ED, a decisão de utilizar uma metodologia própria e inovadora constituiu um grande desafio. A participação activa de todas as organizações que responderam positivamente ao convite que lhes tinha sido endereçado (15 das 19) foi fundamental e decisiva. Assim, pode-se afirmar que as ONGD corresponderam ao desafio, tendo-se empenhado em dar o seu contributo ao processo de elaboração da ENED.

a. Sistematização de Experiências

Conforme destaca Oscar Jara¹,

“quando falamos de sistematização, referimo-nos a um exercício que envolve, necessariamente, experiências práticas concretas. No nosso caso, referimo-nos, principalmente, a experiências de educação, organização popular, promoção social ou desenvolvimento sustentável.

Estas experiências são processos sociais *dinâmicos*: em permanente mudança e movimento. São também processos sociais *complexos*, que se interrelacionam, de forma contraditória, num conjunto de factores objectivos e subjectivos:

- **as condições** do contexto em que se desenvolvem;
- **as situações** particulares;
- **as acções** dirigidas para se conseguir determinado fim;
- **as percepções, interpretações e intenções** dos diferentes sujeitos que intervêm no processo ;
- **os resultados** previstos e não previstos que vão surgindo;
- **as relações e reacções** entre os participantes.

São processos particulares que *fazem parte de uma prática social e histórica mais geral* igualmente dinâmica, complexa e contraditória.

Falamos de experiências vitais, carregadas com uma enorme riqueza acumulada de elementos que, em cada caso, representam processos inéditos e irrepetíveis. É por isso que é tão apaixonante a tarefa de **compreendê-las, extrair seus ensinamentos e comunicá-los.**²

¹ Director do Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, San José, Costa Rica

² Para mais informação sobre SE: www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html; www.cidac.pt

A Sistematização de Experiências vem sendo utilizada como uma metodologia que, fazendo uso de ferramentas participativas, propicia a reflexão das nossas práticas visando o seu aprimoramento contínuo. Tem sido utilizada no contexto de projectos ou intervenções sociais, como parte do ciclo de monitorização e avaliação, como ferramenta de apoio à formulação de políticas públicas que pretendam incorporar práticas sociais existentes ou, ainda, como estratégia para o *empowerment* e a formação de diferentes actores sociais.

Em Cuba, por exemplo, há uma experiência de um curso de especialização de Educadores e Educadoras, a distância, utilizando esta metodologia.

Uma biblioteca de textos sobre a metodologia e de experiências sistematizadas pode ser encontrada na página do Consejo de Educación de Adultos de America Latina – CEAAL (www.ceaal.org), através da qual se pode também aceder a um Grupo de Discussão sobre o tema.

b. Caminho percorrido

A proposta de utilizar a Sistematização de Experiências, enquanto metodologia com potencial para integrar na ENED resultados pertinentes da reflexão baseada na experiência de ED já existente, foi inicialmente discutida com o IPAD. Nesta altura fez-se uma opção fundamental para a concretização do Exercício: destinaram-se dois dias para o trabalho presencial, considerando que seria difícil para as organizações disporem de mais tempo seguido.

Uma vez adoptada como parte dos Termos de Referência da elaboração da Estratégia Nacional de ED, foi contratada uma facilitadora para a preparação e realização do Exercício, Denise Lima³, a qual veio a ser apoiada por um “Grupo de Sistematização” constituído por 5 organizações portuguesas com algum conhecimento da metodologia⁴.

A Equipa de SE reuniu-se várias vezes entre os meses de Janeiro e Fevereiro para discutir e elaborar uma proposta de Exercício de SE considerando o objectivo proposto, as organizações participantes e o tempo disponível. A partir desta discussão inicial, foram formulados o Objectivo do Exercício, o Eixo da Sistematização e as Perguntas Orientadoras.

Ao mesmo tempo também foi traçada uma estratégia para envolver e preparar os e as participantes e as respectivas organizações. O IPAD enviou os convites (Anexo 1) para

³ Economista brasileira, com experiência de SE no Brasil, Angola e Guiné-Bissau.

⁴ Este Grupo informal resultou da participação de 11 organizações numa acção de formação sobre Sistematização de Experiências animada por Oscar Jara em 2 oficinas realizadas em Lisboa, em 2007. As 5 organizações são: o CIDAC, o Graal, o ISU, a Mó de Vida e a Roda Inteira. Neste Exercício, estiveram envolvidas as primeiras 4 organizações.

participação no Exercício às 19 ONGD⁵, juntando uma breve explicação sobre a SE (Anexo 2) e solicitando respostas a um conjunto de perguntas-chave relativas às acções de ED realizadas no período determinado (2005-2008). A intenção era dupla: incentivar as organizações a reflectirem sobre as suas experiências já tendo em conta o Objectivo, o Eixo da Sistematização e as Perguntas Orientadoras definidos, de modo a ir “adubando o terreno” no qual se desenvolveria o Exercício e fornecer à Equipa de SE dados que seriam utilizados no arranque dos dois dias de experiência comum, em regime de oficina.⁶

Embora cada exercício de Sistematização de Experiências tenha uma dinâmica própria, a metodologia realiza-se em pelo menos cinco momentos, a saber: 1 – *a vivência da experiência*, 2- *a resposta às perguntas iniciais (para que queremos sistematizar? Que experiência queremos sistematizar? e definição do Eixo da Sistematização)*, 3- *a reconstrução histórica*, 4- *a interpretação crítica* e 5- *as conclusões e a comunicação*.

A seguir tentamos traçar o caminho deste Exercício em concreto, fazendo referências à metodologia.

1- Vivência da experiência: sistematizamos as vivências que efectivamente vivenciamos. Ou, em outras palavras, a Sistematização de Experiências é protagonizada pelas pessoas que vivenciaram as experiências. O facilitador da SE actua apoiando os grupos a elaborarem os seus exercícios de Sistematização, a construir as perguntas orientadoras e, quando necessário, moderando as oficinas de aprendizagem colectiva.

Por esse motivo, convidaram-se organizações com experiência de ED (no caso, pelos motivos antes apontados, aquelas que tinham tido projectos de ED apoiados pelo IPAD nos últimos 5 anos) e solicitou-se que as e os participantes fossem as pessoas que, nas organizações, lidavam directamente com as acções de ED.

Também a Equipa de Sistematização era constituída por pessoas que, para além de conhecerem a metodologia, vivenciaram experiências de Educação para o Desenvolvimento.

Houve um debate sobre a participação dos membros do Grupo 1 da ENED – IPAD, Ministério da Educação e Plataforma Portuguesa das ONGD.⁷ Por um lado, esta era uma oportunidade para conhecerem mais de perto este grupo de ONGD e a sua acção no domínio da ED, assim como para compreenderem como se tinha chegado

⁵ Esta correspondência para as ONGD seguiu com pouca antecedência relativamente à data marcada para a realização do Exercício, levando as organizações a ter de fazer um esforço para responder às questões colocadas no prazo solicitado (em 15 organizações participantes, responderam 13).

⁶ Convencionámos chamar “Exercício de SE” ao conjunto dos trabalhos realizados e “Oficina” aos 2 dias de trabalho presencial (2 e 3 de Março de 2009).

⁷ Ver ponto c. da 2ª parte do documento, “Actividades da Oficina”. A representante do Ministério da Educação, por motivos de força maior, não pôde estar presente.

à formulação das Recomendações para a ENED; por outro lado, estas entidades não têm uma experiência directa de intervenção em ED, pelo que não poderiam participar no Exercício ao mesmo nível que as ONGD. A proposta da Equipa de SE, aceite, foi a de participarem enquanto Observadores, com acesso a todos os trabalhos realizados em plenário (com a excepção do último, de discussão das Recomendações, que se julgou ser aconselhável, por princípio, preservar de observadores externos, dos quais um é financiador de muitas das acções alvo de sistematização).

Desta forma, cumpria-se a primeira condição metodológica.

2- Resposta às perguntas iniciais:

- a. Para que queremos sistematizar ?
- b. Que experiência(s) queremos sistematizar?
- c. Que aspectos centrais dessa(s) experiência(s) constituirão o Eixo da Sistematização?

A primeira pergunta, *para que queremos sistematizar?* está relacionada com a vontade política e o objectivo de realizar a Sistematização. Estava relativamente respondida de início, pois correspondia à intenção de que a ENED considerasse a prática de ED que vinha sendo desenvolvida. Assim, a Equipa formulou o seguinte objectivo para o Exercício: ***contribuir para a elaboração da Estratégia Nacional de ED com as aprendizagens resultantes da nossa prática.***

A segunda pergunta *Que experiência(s) queremos sistematizar?* foi respondida pelo IPAD, em conjunto com a Equipa de SE: foram escolhidas para serem sistematizadas ***as acções de ED realizadas pelas organizações com projectos apoiados pelo IPAD no período 2003 - 2008.***

É importante lembrar que a SE considera de igual modo os erros e acertos, as experiências consideradas bem ou mal sucedidas, pois o que interessa é a nossa aprendizagem e a possibilidade de melhorar as nossas práticas; e, de facto, aprendemos com os erros e acertos.

A terceira pergunta: *Que aspectos centrais dessa experiência constituirão o Eixo da Sistematização?* foi trabalhada pela Equipa de Sistematização e, após um exercício de síntese e adequação ao tempo previsto para a preparação e o desenvolvimento do Exercício, ficaram definidos como aspectos centrais: os temas (conteúdos), as metodologias e os públicos envolvidos - e o papel dos actores nas acções de ED, formulados na seguinte pergunta-eixo:

Quais foram as aprendizagens resultantes da prática das organizações, no desenvolvimento de acções de ED (entre 2005 e 2008), considerando as suas

prioridades - temas (conteúdos), metodologias e públicos envolvidos - e o papel dos actores?

Aqui vencia-se a segunda condição metodológica.

3- Reconstituição histórica

Para realizar a Sistematização buscaram-se todos os registos disponíveis da experiência. Relatórios, materiais produzidos, fotografias, vídeos, registos orais... E toda essa informação precisa de ser identificada, classificada e ordenada. Para isso utilizam-se algumas ferramentas metodológicas, como as Linhas da Vida, as Fichas de Recuperação de Aprendizagens, os Quadro de Reconstituição da Experiência e outros instrumentos participativos.

Importa reconhecer que a memória é selectiva, cada pessoa recorda um facto, uma experiência de forma particular, enfatizando esse ou aquele aspecto e agregando componentes subjectivas e emocionais às suas memórias. Não se trata de ignorar esses aspectos, mas se existem registos, eles precisam de ser considerados e utilizados na Sistematização.

No caso deste Exercício, quer o tempo de preparação, como o tempo previsto para a sua realização, eram escassos. Acresce que a maior parte das organizações participantes não tinha experiência desta metodologia. Assim, optou-se por convidar cada organização a preencher o Quadro de Reconstituição Histórica das suas experiências de ED no período decorrido entre 2005 e 2008 (Anexo 3), considerando as seguintes perguntas orientadoras:

- Quais as acções de Educação para o Desenvolvimento realizadas entre 2005 e 2008?
- Quais foram as prioridades temáticas durante este período?
- Houve mudanças nas prioridades ao longo do tempo? Porquê e como se deu o processo de mudança?
- Com que metodologias trabalharam durante este período (distinga as metodologias que estavam definidas *a priori* e as que foram desenvolvidas ao longo da realização das acções)?
- Houve mudanças nas metodologias ao longo do tempo? Porquê?
- Que público(s) foram prioritários no desenvolvimento das acções durante este período?
- Este(s) público(s) mudaram ao longo da realização das acções? Porquê?

Estas perguntas visavam apoiar a reflexão sobre as experiências e preparar as e os participantes para o encontro presencial. Ao mesmo tempo, os quadros preenchidos pelas organizações, devolvidos à Equipa de Sistematização antes do Exercício, foram transformados em cartazes para serem apresentados e discutidos nos Grupos de Trabalho, no início da Oficina.

4- Interpretação crítica

A interpretação crítica é um passo fundamental do processo. Não basta apenas recolher informações, descrever os processos. Há que problematizá-los, inquire-los, descobrir as suas contradições. É a cadeia dos porquês. Não basta saber o que se passou, mas porque se passou daquela forma? Porque tomamos esta ou aquela decisão? Quais foram os factores de contexto que nos levaram a escolher este ou aquele caminho? Que forças, relações e expectativas estavam presentes?

Nesta fase, a presença de um problematizador externo pode ajudar a levantar questões que o grupo não consegue expressar ou incentivar a colocar outras questões (sempre respeitando o Eixo da Sistematização), facilitando a revelação de contradições da experiência. A identificação de contradições, ou de momentos de mudanças de rumo, são pontos nevrálgicos numa Sistematização de Experiências, porque a compreensão das suas razões de fundo fazem descobrir novas perspectivas, que guiam a interpretação crítica.

No Exercício realizado, a interpretação crítica teve lugar nos trabalhos em grupo, a partir de questões propostas para serem discutidas. Seguindo os diferentes momentos da Oficina, foram propostas as seguintes questões:

- O que tem caracterizado a nossa prática de ED em termos de temas (conteúdos), metodologias e públicos envolvidos?
- Quais foram os diferentes papéis dos actores envolvidos nas acções de ED? Esses papéis mudaram ao longo do tempo? Porquê?
- Quais foram os factores internos e externos que favoreceram ou dificultaram as acções de ED?
- Que mudanças se verificaram nas práticas em relação a públicos, temas e metodologias?

5- Formulação de conclusões e comunicação das aprendizagens

Estas conclusões podem ser formulações teóricas ou práticas. Mas também podem ser novas questões a serem trabalhadas. São as principais afirmações que resultam do processo e apontam para lições aprendidas e recomendações para o futuro, para o aprimoramento do trabalho.

A grande diferença em relação a uma avaliação participativa é que a avaliação está focada num parâmetro previamente especificado, uma matriz lógica, ou num indicador de resultados. E a Sistematização ocupa-se mais de *“porque atingimos este resultado e como?”*, *“o que aprendemos com esta experiência?”* *“o que recomendamos para a nossa prática no futuro?”*

No Exercício realizado, as aprendizagens foram aos poucos sendo reveladas. E também as questões que ainda precisavam de ser amadurecidas. Mas, por falta de tempo, não foi possível fazer um passo que na estratégia do Exercício era importante: a reflexão no grupo para uma síntese das aprendizagens. Assim, uma pergunta que levaria a essa síntese colectiva não pôde ser trabalhada: *“Quais foram as nossas aprendizagens no processo de implementação de acções de Educação para o Desenvolvimento?”*

Isto não significa que não realizámos aprendizagens. Todo o trabalho em grupo, as reflexões desenvolvidas, as discussões e o confronto de idéias foi um fermento para as aprendizagens individuais e colectivas, mas não foi possível explicitar essa aprendizagem. E esta foi a falha fundamental do Exercício.

Apesar dessa falha, o grupo conseguiu resgatar o intenso trabalho de um dia e meio de reflexões conjuntas e formular um conjunto de recomendações consensuais. A análise dos factores que facilitam ou dificultam as práticas de ED permitiu revelar alguns desafios internos às ONGD, assim como constrangimentos e potencialidades do contexto externo em que se inserem. Da mesma forma, a reflexão sobre os processos de mudança nas práticas de ED e as suas motivações, em conjunto com a análise dos actores da ED e os seus diferenciados papéis, revelou um pouco da dinâmica e interrelação com o público envolvido na ED. As recomendações reflectiram este processo.

Outro aspecto importante e que normalmente está presente na Sistematização - e este Exercício não foi uma excepção - é uma certa tensão que existe entre o processo e o produto. Pela sua intensidade, a Sistematização provoca processos de grande riqueza de reflexões individuais e colectivas. O exercício de formular perguntas, aprimorá-las, tentar respondê-las, rediscuti-las na busca de uma síntese, todo esse processo é muito rico e nem sempre conseguimos exprimi-lo em um produto, senão em muitos produtos e momentos de partilha. Ainda assim, cada participante levará consigo o fruto do seu desenvolvimento pessoal e esse não fica expresso necessariamente no produto colectivo.

B. Actividades da Oficina

c. Apresentação da ENED

12

Em nome do IPAD, Sérgio Guimarães abriu a Oficina e explicou como foi concebida a elaboração da Estratégia Nacional de ED (ENED), a qual deverá ser concretizada através de “programas de 5 anos, passíveis de monitorização e de revisões intermédias”. A metodologia escolhida para a realização desta primeira proposta (2010-2015) foi definida como “um exercício conduzido pelo IPAD, de forma participativa, em articulação com actores de ED públicos e não-governamentais, através da realização de diferentes actividades, nomeadamente, debate em grupos de trabalho, sistematização de experiências, consultas com grupos de actores específicos”.⁸ Foi sublinhada a ideia de que se pretende uma Estratégia Nacional, ou seja, capaz de ser apropriada por todos os actores relevantes no domínio da ED.

Neste quadro foram previstas, como contribuições para a elaboração do documento da ENED, a realização de uma Oficina de Definição Conceptual⁹ e de um Exercício de Sistematização de Experiências e, numa fase posterior, de discussão das primeiras versões do documento, reuniões sectoriais com determinados grupos de actores, entre os quais, as ONGD (em datas a determinar).

A formulação da ENED assentará no trabalho de 3 núcleos de participantes: o chamado Grupo 1¹⁰, que tem como responsabilidade “aprovar o modo de concretização de elaboração da ENED, empenhando-se na mobilização dos diferentes actores”¹¹; o Grupo 2 que deve “apreciar as propostas que lhe forem submetidas e oferecer informação e reflexão crítica relevantes”.¹²; e um último círculo constituído pelas organizações participantes no Exercício de SE e nas reuniões sectoriais de consulta e debate. A redacção das sínteses das duas realizações previstas, assim como do documento da Estratégia ficaram a cargo de uma Equipa Redactorial do NEP/ CES da Universidade de Coimbra¹³.

A finalizar, o representante do IPAD lembrou os vários momentos institucionalmente significativos pelos quais tem passado o reconhecimento pelo Estado da ED: o Protocolo celebrado entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa das

⁸ Citações dos Termos de Referência da ENED, Janeiro de 2009

⁹ Realizada no dia 4 de Fevereiro, com os membros dos Grupos 1 e 2

¹⁰ Constituído pelo IPAD, o Ministério da Educação, a Plataforma Portuguesa das ONGD e o CIDAC, enquanto membro do GENE

¹¹ Citação dos Termos de Referência do Grupo 1, Janeiro de 2009

¹² Citação dos Termos de Referência do Grupo 2, Janeiro de 2009

¹³ Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (www.ces.uc.pt/nucleos/)

ONGD (2001), a criação da linha de co-financiamento dedicada a projectos de ED da iniciativa de ONGD (2005), a aprovação pelo Conselho de Ministros do documento “*Uma visão estratégica para a Cooperação Portuguesa*” (2005) e, no âmbito do GENE, a realização do Intercâmbio Portugal-Áustria no domínio da ED (2006-2008).

Nas breves intervenções que se seguiram, a Plataforma Portuguesa das ONGD anunciou a criação de um Grupo de ED no quadro da Plataforma e vários participantes colocaram sobretudo questões relativas às dificuldades de definição conceptual da ED e à necessidade de mais informação nesta área de intervenção.

d. Apresentação dos e das participantes e das suas expectativas

Os e as participantes da Oficina foram convidados a apresentar-se, dizendo o seu nome e o da sua organização e expondo as suas expectativas para o encontro. Essas expectativas foram afixadas num cartaz com o desenho de uma árvore.

Lista de Participantes e Organizações

ADPM - Isabel Pardal e Inês Cláudio

AIDGLOBAL - Ana Jaleco

AJPAZ - Andreia Soares e Joana Pombo

APF - Alice Frade

CIC - Adriano Palma

CIDAC - Luísa Teotónio Pereira e Patrícia Santos

Cores do Globo - Inês Cardoso

Engenho & Obra - Alfredo Soares Ferreira e Noémia Simões

FEC - Ana Patrícia Fonseca

F. Gonçalo Silveira - Mariana Hancock

IMVF - Ana Isabel Castanheira

ISU - Luciana Almeida

Oikos - Cristina Peixinho

Tese - David Afonso

VIDA - Alexandra Albino

Participaram na Oficina como facilitadoras: Denise Lima, do Grupo Brasileiro de SE e Eliana Madeira, do Graal.

Rita Leote (ISU) e Colette Costa (Mó de Vida), pela Equipa de Sistematização, tomaram notas para produzir este Relatório.

Também participaram na Oficina, como relatores no quadro da ENED: José Manuel Pureza e Rita Santos, pelo NEP / CES.

Expectativas das e dos participantes

14

Partilha / troca de experiências e conhecimento mútuo	<ul style="list-style-type: none">- Aprendizagem através de troca de experiências com as outras organizações- Reflexão conjunta acerca do trabalho feito e das metodologias usadas- Conhecer melhor as organizações intervenientes / Fortalecer os intercâmbios neste domínio- Partilha de experiências e práticas na área da ED
Aprofundar conhecimentos sobre as intervenções de ED em Portugal	<ul style="list-style-type: none">- Conhecimento da “realidade” do trabalho de ED desenvolvido pelas ONGD- Conhecer projectos de ED promovidos pelas ONG portuguesas- Aprender mais a partir das práticas de ED- Adquirir um panorama geral sobre o que é feito na área da ED em Portugal- Perceber / Conhecer como outras organizações trabalham as várias dimensões de ED- Qual a experiência / preparação da sociedade civil em relação à ED?- Conhecer mais sobre a ED em Portugal
Questionamento e aprofundamento conceptual	<ul style="list-style-type: none">- Aprofundar o(s) sentido(s) da Educação para o Desenvolvimento- Clarificar o conceito de ED- Educação para o Desenvolvimento ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável?- Afinal o que entendemos por “desenvolvimento”?
Metodologia de Sistematização de Experiências	<ul style="list-style-type: none">- Como se faz a sistematização de experiências? (em ED)

Contribuição para a ENED

- Partilha de experiências para a construção da estratégia de ED
- Compreender a partir da prática as aprendizagens que podem ser úteis para a ENED
- Contribuir com as minhas reflexões e aprendizagens para a construção da Estratégia de ED
- Aprendizagens da nossa reflexão para fecundar a estratégia nacional de ED
- Que saia um contributo significativo para a ENED
- Incorporar essas experiências no processo de definição da ENED
- Obter um plano de acção coerente na área da ED
- Elaborar directrizes orientadoras para melhores práticas

Principais desafios em ED

- Reflectir sobre os principais desafios na área ED em Portugal
- Encontrar uma linha comum (no que diz respeito a metodologias, campos de intervenção, actores, etc.)
- Uniformizar e consolidar as metodologias aplicadas à ED
- Aprofundar os papéis dos diferentes actores
- Como poderá a ED contribuir efectivamente para o desenvolvimento multidireccional dos vários actores envolvidos no processo?
- Como transportar a ED para o contexto da sociedade civil e particularmente para o contexto educativo?
- Reflexão colectiva sobre a prática de ED
- Resolver o problema da vastidão dos conteúdos

e. Apresentação da SE e da dinâmica do Exercício

A Sistematização de Experiências é uma metodologia que se desenvolveu na América Latina, fortemente influenciada pela necessidade de construção de teoria baseada na realidade latino americana. A SE inseriu-se na dinâmica das intervenções sociais, transpôs as fronteiras da academia e, mais recentemente, introduziu-se no ciclo de projectos e na formulação de políticas públicas.

Fortemente influenciada por Paulo Freire, a SE vem sendo aplicada no contexto de projectos e programas, como uma abordagem que apoia o resgate histórico, a descrição de processos e caminhos percorridos, e a reflexão orientada por eixos temáticos com o fim de proporcionar o aprimoramento da prática. Ou seja, a SE parte da realidade concreta, do vivido, da prática das organizações e da interacção entre os indivíduos. Não equivale à prática da monitoria e avaliação nem à pesquisa científica, mas dialoga com essas abordagens.

Embora envolva elementos de avaliação, a SE não está presa às matrizes lógicas dos projectos ou aos indicadores pré-estabelecidos. Está, sim, orientada a buscar respostas para perguntas formuladas pelos interessados na sistematização de uma determinada experiência. Ela qualifica a avaliação, uma vez que tenta explicar por que aconteceu o que aconteceu. E não apenas o que aconteceu, ou se este ou aquele objectivo foi ou não atingido, senão, como e porquê as acções desenvolvidas desencadearam determinado impacto. Ou seja, que mudanças ocorreram.

Mudança é uma palavra-chave para a metodologia da Sistematização de Experiências. A reflexão desenvolvida na SE normalmente procura entender o que mudou e porquê (na realidade concreta, na percepção e até mesmo no sentimento dos actores envolvidos numa determinada prática ou intervenção).

Essa compreensão profunda da realidade e da nossa prática social leva-nos a formular melhor os nossos projectos e programas e, em última instância, as políticas públicas. Alguns exemplos importantes do uso da SE na formulação de políticas podem ser encontrados na Biblioteca do CEAAL – *Consejo de Educación de Adultos de America Latina*. No Brasil, a metodologia tem sido adoptada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério do Meio Ambiente para estimular o desenvolvimento de tecnologias comunitárias de gestão ambiental e agrícola. Também organizações sociais têm utilizado a metodologia para formar e apoiar a inserção de novos profissionais nas práticas quotidianas das organizações, para resgatar tecnologias inovadoras desenvolvidas por comunidades, para corrigir o curso de intervenções sociais, para apoiar processos de mudança nas relações entre agentes de mudança social e públicos envolvidos, para formular políticas públicas baseadas nas realidades locais, etc.

Em síntese, a SE amplia a nossa capacidade de formular perguntas e identificar os diversos factores envolvidos nos processos de mudança social e o papel dos diferentes actores. Por isso, muitas vezes o resultado de um processo de SE pode ser a formulação de perguntas cada vez mais pertinentes sobre a realidade. Propicia também o desenvolvimento de estratégias sociais que têm em consideração a incompletude do conhecimento, o potencial de contribuição dos actores envolvidos, especialmente aqueles enquadrados como “beneficiários” da intervenção, os caminhos já percorridos e as lições aprendidas.

No Exercício desenvolvido para a ENED, parte-se das questões formuladas pela Equipa de Sistematização. A resposta a essas perguntas envolve uma série de conceitos sobre cujos significados os actores não acordaram previamente. O próprio termo Educação para o Desenvolvimento suscita dúvidas de interpretação e explicita linhas de raciocínio diferenciadas. Por isso, neste Exercício pensou-se utilizar uma ferramenta denominada *Árvore dos Frutos Não-Maduros*. Essa ferramenta tem por objectivo apoiar-nos na identificação e registo de terminologias, conceitos e estratégias que não são claros nem consensuais entre os participantes.

Dessa forma, inicia-se esta Oficina com a expectativa de que muitas questões estarão em aberto no final. Mas também com a certeza de que essas mesmas questões estarão mais claras e consistentes e que algumas lições aprendidas na prática poderão iluminar a elaboração da ENED, temperando-a com elementos muito concretos da realidade das ONGD que têm a ED como abordagem do trabalho quotidiano.

f. Características das acções de ED em termos de temas, metodologias e públicos envolvidos

A Oficina prosseguiu através da organização dos participantes em três Grupos, para trabalharem de acordo com as perguntas orientadoras da SE.

O primeiro Grupo foi constituído pelas organizações AJPaz, ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária, Cores do Globo, IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr e VIDA. O segundo Grupo incluiu as organizações CIC - Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura, Engenho & Obra, AidGlobal, CIDAC - Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral e TESE - Associação para o Desenvolvimento. O terceiro Grupo foi constituído pela ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola, APF - Associação para o Planeamento da Família, FEC - Fundação Evangelização e Culturas, Oikos e FGS - Fundação Gonçalo da Silveira.

(1) Síntese da 1ª sessão e comentário geral

A reflexão conjunta sobre a primeira pergunta orientadora do Exercício decorreu através da partilha das características das acções de ED das organizações participantes em termos de temas, metodologias e públicos envolvidos no quadro dos grupos constituídos.

A pergunta orientadora foi assim formulada:

O que tem caracterizado a nossa prática de ED em termos de temas (conteúdos), metodologias e públicos envolvidos?

Quanto aos temas abordados pelas acções de ED das organizações participantes, há uma grande diversidade, que engloba tanto problemáticas mais vastas, como os Direitos Humanos, a Educação para a Cidadania Global, as Relações Norte-Sul, o Desenvolvimento Sustentável, o Ambiente e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, quanto questões mais específicas, como o Consumo Responsável, a Interculturalidade, as Migrações, a Igualdade de Género, os Direitos das Mulheres, a Sida, a exploração laboral, entre outros.

Do trabalho dos três Grupos, verificou-se que as acções de ED das organizações presentes se baseiam essencialmente em acções formativas, em contextos formais e não-formais,

utilizando principalmente metodologias que incentivam a participação dos públicos. Igualmente se apurou o recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação para a disseminação dos conteúdos e a dinamização das aprendizagens, assim como a criação e utilização de produtos didáctico-pedagógicos e materiais de divulgação e informação.

Os públicos privilegiados para a intervenção em ED mais mencionados foram os agentes educativos em geral; estudantes; outras organizações; decisores políticos; e profissionais de comunicação social, entre outros.

A apresentação dos resultados da reflexão dos Grupos demonstrou a existência de dúvidas e a necessidade de clarificação de conceitos como, por exemplo, a diferença entre “estratégia” e “metodologia”. Do ponto de vista do conceito de ED foi perceptível no conjunto dos participantes a ausência de consenso relativamente ao seu significado, o que se saldou pela decisão de se colocar o conceito de ED na *árvore dos frutos não-maduros*.

(2) Apresentações em plenário

Depois do trabalho realizado em Grupos, estes apresentaram as suas reflexões, com recurso a cartolinas, para melhor visualização.

No que se refere ao trabalho do primeiro Grupo, foi dito que tinha havido bastante consenso na definição das principais temáticas e metodologias utilizadas.

Em relação aos **temas** tratados:

- Comércio Justo (tendo as organizações participantes no grupo considerado que a temática se insere no tema do Consumo Responsável, como tema mais global de ED)
- Cidadania
- ODM
- Género
- Relações Norte-Sul (tema cujo conceito foi negociado e aceite pelo grupo)
- Responsabilidade Social
- Compras Públicas Éticas

Em termos das **metodologias** utilizadas pelas organizações nas suas acções de ED:

- Educação Não-Formal (conceito que suscitou dúvidas – o grupo decidiu que este conceito é um *fruto não-maduro* e foi colocado na árvore de ED para definição posterior)
- Metodologias participativas
- Novas tecnologias (TIC) para disseminação dos conteúdos / criação de redes /dinamização das aprendizagens
- Produção de materiais que são simultaneamente produtos no quadro das acções (pedagógicos / didácticos e audiovisuais)

- Formação adequada ao público-alvo e temas ligados à capacitação (dentro e entre organizações)
- Trabalho em parceria – criação de redes nos projectos / relações mais informais
- Aprendizagem experiencial – a aprendizagem decorre da experiência mas também é a base de conclusões

O segundo Grupo teve mais dificuldades em termos conceptuais, nomeadamente com o conceito de ED.

Relativamente aos **temas**:

- O Grupo considerou a ED como um tema importante nas acções desenvolvidas por algumas das organizações do grupo
- ODM – em termos mais globais e em termos de cada conteúdo separadamente
- Voluntariado
- Desenvolvimento pessoal e social (como temática precedente ao desenvolvimento das acções de ED propriamente ditas, mas que também foi alvo de discussão, constituindo-se como um fruto não-maduro)
- Direitos Humanos
- Comércio Justo / Consumo Responsável
- Interculturalidade
- Migrações e Desenvolvimento
- Educação para a Cidadania / Cidadania Global
- Realidade dos Países do Sul
- Comunicação e gestão de conflitos
- Desenvolvimento Sustentável
- Empreendedorismo social
- Cooperação e trabalho em grupo

Em termos **metodológicos**:

- Utilização de TIC
- Meios audiovisuais
- Sistematizações de Experiências
- Comunidades de prática
- Educação Formal / Não-Formal / Informal – com a tónica a nível da participação, das metodologias activas, da reflexão-acção, das dinâmicas de grupo.

No que se refere a **públicos-alvo**, o Grupo 2 definiu:

- Comunidade escolar – (alunos / professores)
- Estudantes Universitários
- Jornalistas
- Mulheres
- Migrantes
- Corpo diplomático
- Organizações da sociedade civil

- Decisores políticos e autoridades locais
- Agentes de desenvolvimento local
- Público em geral

Dada a multiplicidade de públicos, as organizações do Grupo esclareceram os restantes participantes de que cada organização trabalha com públicos específicos dentro da extensa lista apresentada.

O Grupo apresentou ainda as seguintes indefinições e/ou dúvidas (*frutos não-maduros* colocados na árvore de ED) decorrentes do seu trabalho:

- O que são e como se operacionalizam as metodologias participativas?
- Para o Grupo a definição das metodologias está intrinsecamente ligada ao público-alvo com o qual cada organização trabalha. Há uma tentativa de adequação das metodologias ao público, mas o Grupo tem dúvidas sobre esta questão da adaptação e das abordagens possíveis, sendo, na opinião do grupo, uma das questões centrais para estar consagrada na ENED;
- Devem envolver-se todos os públicos nas acções de ED? Como se deve especificá-los? Como se envolve o público-alvo nas acções?
- Desenvolvimento de parcerias implica não competitividade mas necessariamente partilha / complementaridade de acções
- Diferença entre Desenvolvimento Sustentável e Sustentado.

Para o arranque do trabalho, o terceiro Grupo definiu um conceito de ED internamente, para poder ter uma base de trabalho para conseguir prosseguir na reflexão em torno da pergunta orientadora. Para o Grupo o conceito está relacionado, em termos temáticos, com:

- Relações Norte-Sul
- Redução de assimetrias
- Consciencialização para a igualdade de direitos e oportunidades Norte/Sul (numa perspectiva de *empowerment* das pessoas, como estando no centro do processo para a efectivação da redução das assimetrias).

Os **temas** mais tratados no quadro das acções das organizações do Grupo 3 foram:

- Inclusão
- Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva
- Direitos Humanos
- Direitos das Mulheres
- Mutilação Genital Feminina (violência e discriminação)
- ODM
- Saúde Materna
- Cidadania Global
- Igualdade de Género
- Direito à Educação
- Interculturalidade

- Migrações e tráfico de seres humanos
- SIDA
- APD
- Exploração laboral
- Ambiente
- Pobreza

O Grupo teve dúvidas relativamente à diferença operacional entre “estratégia” e “metodologia”, não tendo alcançado um consenso relativamente à questão, pelo que optou por incluir todas as reflexões no campo das **metodologias**:

- Formação e sensibilização
- Informação, educação e comunicação
- Motivação para a acção
- Propostas didácticas
- Manifestos (petições, etc.)
- *Advocacy*
- Campanhas
- *Workshops* com escolas
- Panfletos
- Manuais
- Exposições itinerantes
- Sessões públicas
- Eventos
- Folhas de dados

O Grupo não concretizou os **públicos** abrangidos, tendo discutido a questão das parcerias, nomeadamente com os “parceiros do Sul”, devendo na sua opinião ter em conta a experiência de cooperação das instituições de forma a aproveitar o *input* das experiências desenvolvidas com/nos países do Sul.

(3) Resumo das discussões no plenário

A principal discussão, que foi transversal a todo o Exercício, centrou-se no conceito de ED e a sua aplicabilidade. No âmbito do trabalho apresentado pelo Grupo 2 surgiu como primeira discussão no plenário, o conceito de ED. Esta discussão foi fruto da inclusão no trabalho do Grupo de uma temática, empreendedorismo social, como sendo de ED. Um dos participantes pediu que o Grupo definisse em que sentido considerava existir uma ligação entre empreendedorismo social e ED. Alguns elementos do grupo em questão comentaram a questão colocada referindo que consideravam que este tema se relacionava mais com formação profissional do que com ED. Outro participante corroborou a opinião até então defendida, clarificando que empreendedorismo social acontece a um nível mais local do que global, sendo o “global” o campo por excelência da ED e não o “local”. No sentido inverso, foi defendido o carácter de ED na temática de “empreendedorismo social”, ligado à fusão entre o local e o global, característica que seria

essencial deste tema. Com uma abordagem “glocal” na intervenção em empreendedorismo, estaria consagrada à partida a vertente de ED. Mas não havendo consenso, o empreendedorismo social foi incluído na árvore dos *frutos não-maduros*.

Alguns participantes referiram que era importante, para a discussão e para a ENED, a definição de fronteiras nos conceitos, para não se considerar tudo (qualquer acção) como ED.

Ainda em relação ao trabalho do Grupo 2, foi igualmente questionada a associação entre a temática de “Desenvolvimento Pessoal e Social” e ED. Segundo uma participante, este elo acontece na medida em que este tema é fundamental para a existência de desenvolvimento a nível global. Se as pessoas não trabalharem algumas questões mais pessoais, então não conseguirão compreender as questões mais macro, o que condiciona a sua acção e o sucesso de intervenções em ED. O termo foi acrescentado à lista dos *frutos não-maduros*.

Outra das discussões centrais do plenário relacionou-se com a dúvida dos presentes em considerar uma actividade de “sensibilização para o Desenvolvimento Sustentável” junto de empresas, como uma acção de ED. Foi advogado que tal não era uma acção de ED em si, mas parte do processo para abordar a ED.

Foi ainda discutido se a “Responsabilidade Social das Empresas” poderia ser considerada como ED, não se chegando a consenso, o que originou mais um *fruto não-maduro*.

Ainda em plenário houve alguma confusão entre o conceito de “Relações Norte / Sul”, e a caracterização geográfica da intervenção e do âmbito da ED. Alguns participantes revelaram não se identificar com o conceito de ED que o grupo discutia, compreendendo que o mesmo se centrava na distinção Norte/Sul. Entendendo que actualmente essa distinção não se aplicava, na medida em que o “Norte entra no Sul e o Sul no Norte”, insistindo mais uma vez na importância do “glocal”, no âmbito de ED. Tendo o Grupo esclarecido que não se deve entender Norte / Sul como uma questão geográfica, mas política ou geopolítica, foi reforçada a natureza da ED como a inter-relação entre as realidades locais e as realidades globais, dando relevância à inter-penetração local-global. A ED foi entendida como actuando ao nível da capacidade de aprendizagem das pessoas sobre a globalidade do mundo onde vivemos. Relativamente à vertente de *Educação* foi defendido que “só pela análise de nós próprios podemos compreender o outro”. Trabalhar só o local não é ED porque não perspectiva a questão da *minha* co-responsabilização perante o *outro*. ED refere-se à consciencialização de que as nossas atitudes/políticas (nomeadamente a política de cooperação) podem afectar outros países.

Esta discussão foi rematada pela facilitadora, que reforçou o carácter dinâmico dos conceitos, que “são interpretados consoante as vivências”, dando origem a entendimentos diferentes sobre uma mesma questão.

Ainda na sequência desta reflexão foi destacada a importância do impacto das acções no campo da ED, a nível de Portugal e a nível global. Foi referida a importância de existir um confronto entre o local e o global, com um consequente impacto. Como conclusão da discussão, foi defendido que no caso das acções não provocarem mudanças na sociedade, não se podem considerar como de ED.

Uma questão final foi ainda levantada pelo grupo relacionada com o papel dos “parceiros do Sul” no quadro das acções de ED, não tendo o grupo conseguido concluir se a participação destes parceiros deveria ser enquanto público-alvo ou actor.

g. Actores envolvidos na ED e seus papéis

(1) Síntese da 2ª sessão e comentário geral

A pergunta orientadora colocada aos grupos de trabalho foi a seguinte:

Quais os diferentes papéis dos actores envolvidos nas acções de ED? Esses papéis mudaram ao longo do tempo? Porquê?

Esta segunda actividade implicava dois momentos: primeiro, a descrição dos actores e dos respectivos papéis assumidos no quadro das acções concretas de ED promovidas pelas organizações participantes em cada Grupo; segundo, a identificação de eventuais mudanças ocorridas nestes papéis e as razões destas mudanças.

O objectivo era, a partir da análise das razões que tinham levado às mudanças, começar a recolher elementos de aprendizagem relativos à participação dos actores na ED.

Diferentes interpretações da tarefa proposta por parte dos Grupos e eventuais falhas no seu acompanhamento, levaram a respostas bastante diferentes: num deles, foi feita uma reflexão mais geral, não especificamente vinculada às acções concretas das organizações e num outro não se chegou à fase de identificação das mudanças ocorridas.

Esta parte da Oficina constituiu um bom momento de aprendizagem metodológica, apesar de alguma tensão que gerou. Houve, de facto, uma não correspondência entre o que era pedido e o que foi realizado por uma parte dos participantes.

Isso também se deveu à nossa falta de prática deste tipo de metodologias. Normalmente, estamos habituados a fazer duas coisas: a contar a nossa “história” (ou seja, o que fazemos) e a teorizar sobre os assuntos em apreço. A ideia de podermos retirar aprendizagens e conclusões a partir de um exame minucioso de como é que decorreram, na prática, as nossas actividades, guiando-nos por perguntas que nos ajudam a identificar momentos mais significativos como, por exemplo, momentos de mudança, e a explicá-los,

não está ainda interiorizada. Como noutras situações, é preciso fazer para crer! E depois de experimentar, continuar e aperfeiçoar, porque não é tão fácil como pode parecer à primeira vista.

(2) Apresentações em plenário

Grupo 1

Organizações promotoras

Parceiros

Destinatários / públicos-alvo / beneficiários / etc.

Financiadores

Avaliadores

Consultores

Auditores

Colaboradores / diversos

Actores multifacetados (com vários papéis), evolução nos papéis, variação cíclica dos papéis.

Grupo 2

Actores	Papéis
Promotores da acção	concepção, viabilização, execução, monitorização e avaliação, dinamização e desenvolvimento de parcerias
Formadores / facilitadores / educadores / professores	sensibilização, indução da reflexão, formação e informação, co-elaboração de acções, definição de conteúdos / materiais, participação na monitorização e avaliação
Estabelecimentos de ensino	acolhimento e promoção das acções, financiamento, divulgação
Organizações internacionais	financiamento, inputs de informação e reflexão, monitorização e avaliação, disseminação de resultados
Parceiros do “Sul”	co-concepção, co-viabilização, co-execução
Empresas e organizações empresariais	Financiamento
Órgãos de comunicação social	divulgação e sensibilização sobre as temáticas de ED
Associações e Fundações	promoção, divulgação, financiamento
Administração central e local	facilitação de contactos, apoio financeiro e logístico, colaboração na execução, divulgação

Actores	Papéis
Destinatários / públicos-alvo	razão de “ser” da acção, co-execução, co-concepção, avaliação do processo formativo, agentes multiplicadores

Grupo 3

Actores	Papéis	Mudanças
Jornalistas e assessorias de imprensa	pares (em diferentes actividades)	Organizações
Professores, escolas, alunos	- concepção de projectos	-- partilha de experiências
Decisores técnicos e políticos	- definição de actividades - assessoria	-- parcerias
Jovens	formação	Destinatários ----- Actores
Técnicos autárquicos	dinamização de actividades	(de receptores de projectos a promotores de projectos; por exemplo, escolas)
Animadores sócio-culturais	“rosto” das actividades / iniciativas	
Técnicos de formação (especialistas)		
ONG (parcerias)	Avaliadores	
Imigrantes		
Financiadores (?)		
Organizações internacionais		

(3) Resumo das discussões no plenário

Houve uma abordagem, superficial, do que se podem considerar “actores”: um dos Grupos identificou-os com os intervenientes de uma peça de teatro, que assumem por vezes diferentes papéis; outro Grupo entendeu-os como elementos que têm um papel activo num processo.

Registaram-se várias dúvidas sobre se algumas pessoas / instituições podem ou não ser consideradas como actores de ED: as instituições religiosas, os partidos políticos (foram colocados na árvore da ED como *frutos não-maduros*), os media e os profissionais da comunicação social.

Quanto às mudanças de papéis assumidas pelos actores, houve algumas notas soltas: a de que alguns públicos-alvo se apropriaram das acções, tornando-se depois executores de novas acções e agentes de mudança; a de que algumas mudanças tinham sido induzidas por uma maior visibilidade das organizações e das acções.

h. Factores internos e externos que favorecem e limitam as acções de ED

(1) Síntese da 3ª sessão e comentário geral

Esta actividade desenvolveu-se em plenário. Os e as representantes de cada ONGD tinham 5 minutos para reflectir e responder à pergunta **Quais foram os factores internos e externos que favoreceram ou dificultaram as acções de ED?** Foi-lhes pedido que registassem cada resposta numa ficha de cartolina. As fichas de respostas foram depois recolhidas e organizadas por semelhança num painel visível para todas as pessoas.

Assim, montou-se uma matriz de factores internos e externos que facilitam e dificultam as práticas de ED (à semelhança da matriz SWOT / FOFA- Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças).

Entre os factores **internos** que **facilitam** as práticas de ED, estão aqueles que têm a ver com a **forma de funcionamento ou de organização** do trabalho nas ONGD, a existência de uma equipa ou de pessoa responsável pela temática da ED, a existência de um Plano estratégico onde a ED tem um papel claro a desempenhar, enfim, aspectos organizacionais. Também foram citados como factores que facilitam as acções a disposição da ONGD de actuar em **parceria** e o seu envolvimento em **redes** que facilitam a execução de campanhas e a implementação das actividades; a **formação da equipa**, em termos de competências e capacidades pessoais e ainda a **postura** das pessoas envolvidas nas actividades, o seu empenho, compromisso e dedicação.

Os aspectos **internos** que **dificultam** as práticas de ED estão em grande parte relacionados com a forte **dependência** das ONGD de **recursos financeiros**, o que faz com que haja uma dispersão temática que é um reflexo também (mas não só) da necessidade de uma adequação à oferta de financiamentos. Daí decorrem várias dificuldades internas, de constituição de equipas de trabalho, de formação continuada dessas equipas e de **continuidade do trabalho**. Outros problemas têm a ver com a **falta de tempo para a reflexão**, a **falta de experiência em ED** e o **relacionamento com os públicos-alvo**.

Os aspectos **externos** que **facilitam e dificultam** as práticas de ED são complementares, ou seja, se por um lado ter algum **financiamento** facilita, o facto dos financiamentos serem de **curta duração**, sem uma previsibilidade sobre a sua disponibilização e ainda **limitados**, dificulta o planeamento e, por consequência, a sustentabilidade das acções. Da

mesma forma, a **actuação em redes e parcerias** se, por um lado, facilita, a **fragilidade das redes** e a falta de tempo para a reflexão e a troca de experiências, dificulta. No campo das **políticas e contexto social e institucional**, a ED vem ganhando espaço, mas ainda há um grande desconhecimento e conseqüente desvalorização da temática e do seu potencial para contribuir para a mudança social. A **receptividade do público envolvido** é crescente por um lado, mas ainda residual por outro. Há ainda muita resistência ao envolvimento neste tipo de intervenção. Por fim, a **dificuldade de permear todo o território nacional**, concentrando as acções de ED nos grandes centros, impede o avanço da temática.

É interessante destacar que quando fazemos este exercício de factores internos e externos que facilitam e dificultam, é normal que estejamos dialogando na fronteira entre aquilo que aprendemos na nossa vivência e aquilo que reconhecemos ou recomendamos como sendo mais apropriado. Estas duas percepções podem misturar-se algumas vezes. Pode ser colocado como a fronteira entre lição aprendida e recomendação. A lição aprendida é fruto, não apenas da experiência, mas da sua interpretação crítica e tanto pode ser positiva, como negativa. A recomendação é fruto da lição aprendida e tem implícita a ideia de um outro, a quem se recomenda que se percorra aquele caminho ou que se busque trabalhar a questão de uma outra forma.

(2) Apresentações em plenário

Que factores INTERNOS às organizações FACILITAM as acções (práticas) de ED?

Formas de funcionar

- Forte componente de trabalho de campo. Funcionamento das equipas, reflexão científica e ideológico-política. Plano estratégico “saber o que queremos e para onde vamos”
- Forma de trabalho interno (horizontal)
- Existência de uma equipa
- Trabalho em equipa
- Estratégias e metodologias de ED
- Plano estratégico
 - ED
 - Cooperação
- Metodologia
- Visão e missão bem interiorizadas e integradas nas acções
- Avaliação contínua e sistemática das acções
- Ferramentas de avaliação e monitorização das várias acções
- Comunicação
- Continuidade das prioridades temáticas
- Abrangência nacional da organização
- Historial da associação

Posturas

- Empenhamento da Direcção
- Espírito de abertura a outras experiências
- Espírito de aprendizagem
- Comunicação e transparência
- Compromisso – dedicação
- Espírito empreendedor – abertura a actividades inovadoras
- Voluntariado
- Voluntariado como estratégia
- Coordenação e comunicação internas. A natureza humana dos intervenientes / promotores das acções
- Dedicação e empenho dos intervenientes
- Maior peso dado à parceria do que à autonomia dos projectos

Formação da equipa

- Interdisciplinaridade de áreas
- Diversidade (formação) dos recursos humanos (enriquecimento de actividades)
- Técnicos especializados
- Equipa predisposta e multidisciplinar e relativamente qualificada
- Existência de recursos de suportes (físicos e pedagógicos)
- Vastas experiências noutras áreas de trabalho complementares
- Peritos em concepção
desenvolvimento } projectos
avaliação }
- (Algum) conhecimento de projectos / de (algumas) realidades locais
- Pressão social / criatividade dos formadores
- Experiência acumulada em ED
- Experiência dos técnicos
- A preparação técnico-pedagógica dos intervenientes
- A articulação entre os vários intervenientes
- Conhecimentos
- Existência de material didáctico
- Polivalência
- A partilha de experiências entre os vários intervenientes / promotores

Relacionamento com parceiros

- Relacionamento institucional com algumas ONG
- Conjunto de parcerias facilitadoras
- Estabelecer parcerias ou protocolos com entidades, comunidade escolar
- Rede de interlocutores – facilita o estabelecimento de parcerias
- Participação em vários grupos de reflexão / construção colectiva (nacional e internacional)
- Trabalho em rede
- Forte conhecimento dos territórios e das comunidades

- Interligação a outros projectos / áreas
- Temática do consumo responsável (inovadora) como motivação para a equipa
- Predisposição do público envolvido que procura (*no limite interno/externo*)

(3) Resumo das discussões no plenário

Na discussão sobre os factores **internos** que **facilitam** as acções de ED houve um consenso em relação à maioria das questões levantadas. No entanto, alguns factores assinalados pareciam estar mais na fronteira entre os factores internos e factores externos como, por exemplo, a actuação em redes e a formação de parcerias. Mas, neste caso, foram identificadas como uma postura da organização de se associar a essas redes, ou seja algo que está na “governabilidade” da organização e por isso é considerado factor interno.

Outra questão que se colocou foi se o que estava sendo assinalado como factores internos que favorecem as acções de ED eram o idealmente pretendido, ou o que realmente se verifica no dia-a-dia das organizações. Isto porque a todo momento a metodologia da SE solicita às pessoas que olhem para as suas experiências e não para as generalizações que normalmente fazemos, ou para aquilo que consideramos ideal mas não vivenciamos na realidade. E o grupo afirmou que os pontos listados eram provenientes das suas vivências.

(2) Apresentações em plenário

Que factores INTERNOS às organizações DIFICULTAM as práticas de ED?

Dependência de recursos financeiros externos

- Dependência de financiamento
- Falta de recursos próprios
- Falta de meios
- Falta de apoios diversificados
- Falta de recursos humanos / financiamento para ED (internos e externos)
- Dependência de financiamento para projectos
- Escassez de recursos financeiros
- Localização periférica (sede)

Prioridades internas, incertezas e gestão do tempo

- A dispersão temática associada por vezes às oportunidades de financiamento
- A abrangência temática da ED não facilita uma opção temática dentro da própria organização por ser uma ONG interdisciplinar
- Grande diversidade das áreas de trabalho
- Impossibilidade de realizar um trabalho continuado
- Indefinição da temática em si / temática do consumo responsável
- Falta de uma aposta maior por parte da Direcção

- Insegurança gerada pela incerteza da possibilidade de continuidade das acções
- “Urgências” que dificultam a reflexão conjunta
- Fraca interligação entre departamentos da instituição não rentabiliza as acções de ED
- Dificuldade “em chegar” a determinados públicos-alvo
- Integração temática numa comunidade rural
- Dificuldade em abranger todo o território nacional (falta de *focal points* / distância / urbano vs rural)
- Investimento em processos que desiludem
- Calendários apertados
- Falta de tempo
- Falta de tempo para a reflexão
- Falta de recursos e tempo
- Excesso de trabalho

Recursos humanos

- Dimensão da equipa (nº reduzido) – volume de trabalho
- Estrutura reduzida
- Escassez de recursos humanos
- Existência de poucos recursos humanos
- Insuficiência de recursos humanos
- Recursos escassos (humanos e financeiros)



Estrutura de suporte frágil

- Fraca valorização e /ou remuneração dos intervenientes
- Ausência de produtividade na procura de apoio
- Rotatividade dos recursos humanos
- Relativa qualificação do voluntariado
 - . falta de compromisso
 - . descontinuidade da participação dos elementos da equipa
- Falta de experiência de trabalho em ED
- Alguma dificuldade na articulação sistemática e regular entre os vários intervenientes
- Responsabilização das parcerias
- Dificuldade em concertar com parceiros
- Trabalhar as acções de ED individualmente (ONG)
- Dificuldade no “espírito de missão”

(3) Resumo das discussões no plenário

A grande abrangência da ED, ou a dificuldade em delimitar essa abrangência leva a indefinições nas organizações sobre em que tema da ED se vai concentrar. A impossibilidade de trabalho continuado, uma vez que os projectos são de curta duração,

também gera insegurança quanto ao futuro das actividades. Esse factor prejudica igualmente a monitorização e a avaliação das estratégias desenvolvidas.

Outra dificuldade percebida é a apropriação da temática pelas comunidades rurais e ainda a limitação quanto à abrangência das acções que acabam por se concentrar muito na zona central e não permeia todo o tecido social do país.

O desafio da multidisciplinaridade exigida das equipas também foi considerado um tema complexo, acrescido do espírito de missão que deve estar presente nas pessoas que integram as organizações. Parece ser uma exigência imprescindível nesse tipo de trabalho.

(2) Apresentações em plenário

Que factores EXTERNOS às organizações FACILITAM as acções de ED?

Financiamento

- Existência de financiamento para acções de ED
- Financiamento obtido
- Algum financiamento
- Financiamento dado aos projectos
- A possibilidade de financiamento através de candidatura a linhas de apoio específicas
- Resposta na aprovação da continuidade dos projectos

Relações com organizações e redes

- A integração e pertença a redes internacionais
- Partilha das boas práticas
- Experiências motivadoras de outras entidades
- Parcerias activas e consolidadas
- Parcerias (complemento de *know-how* / *expertise*)
- Redes
- Parcerias temáticas mais eficazes que levam a mais sinergias mobilizadoras
- Contributo de outras organizações
- Abertura de algumas organizações / instituições contactadas
- Boa organização das organizações parceiras

Receptividade do público envolvido

- Motivação e interesse do público-alvo / envolvimento
- População participativa
- Existência de públicos motivados / motivadores
- A receptividade e motivação dos públicos-alvo / outros actores
- Destinatários motivados e participativos
- Procura por parte do público-alvo

- Predisposição do público envolvido (que procura)

Contexto social

- Referencial de cartas de princípios ideológico-político-científico-técnico-pedagógico
- Contexto sócio-cultural
- Aumento da sensibilização, curiosidade e reconhecimento da ED nomeadamente por parte das autarquias
- Vontade de conhecer outras realidades, para outras respostas
- Interesse crescente pelas temáticas de ED
- O reconhecimento / consciência cada vez mais alargada da importância da ED e temáticas subjacentes como ferramentas essenciais para alcançar uma cidadania global
- Reconhecimento das comunidades / parceiros
- Abertura das escolas / autarquias à realização de actividades
- Alargamento da discussão sobre a ED a outros actores
- Reconhecimento político / institucional da ED
- Valorização / mediatização da temática
- Expectativa(s) sobre o tema
- Mas afinal, o que é a ED?

Que factores EXTERNOS às organizações DIFICULTAM as acções de ED?

Apoio político institucional

- (In)coerências político-orçamentais
- Falta de reconhecimento institucional da ED
- Haver uma prioridade (ao nível das políticas) recente
- Ausência de um enquadramento nacional (mas vontade política de alterar a situação)
- Pouca disponibilidade para a participação (actividades, programas)
- Clima de instabilidade e desmotivação vivido entre os professores – afecta a sua adesão a novos projectos
- Não existência da temática nos planos curriculares

Desconhecimento do tema

- Desconhecimento da ED
- O desconhecimento generalizado do conceito de ED e a sua importância na transformação do mundo
- A falta de disponibilidade / resistência para abordar novas / desconhecidas temáticas
- “Frieza” por parte de alguns públicos em relação ao tema
- Ausência de resiliência (comunidades)
- Pouca divulgação... desconhecimento!

- Falta de preparação em aderir /acolher acções de ED
- Factores de “recusa” a temáticas consideradas tabus (fracturantes)
- Resistência dos destinatários à mudança

Contexto geográfico

- Contexto geográfico; dispersão populacional; acessibilidade (a todos os níveis)
- Distância geográfica dos parceiros
- Inexistência de ONGD próximas com quem possamos partilhar e aprender
- Centralização dos poderes / eventos
- Fragilidade da Plataforma das ONGD

Falta de oportunidades e de espaços de partilha

- Falta de espaços de aprofundamento entre organizações com alguma coisa em comum
- Falta de espaços de partilha, reflexão e colaboração entre organizações
- Concertar o conceito com outras organizações
- Complexidade e demora nos processos de comunicação
- Fraco *feed-back* de alguns parceiros (das acções, dos resultados ou da avaliação)
- Falta de interligação e de trabalho intersectorial entre os diversos actores e instituições com competências nesta matéria (ex.: ministério da Educação, SENECA, ACIDI, IPAD)
- Reunir grupos interdisciplinares e / ou interculturais
- Comprometem-se objectivos em favor de agendas de organizações / instituições

Financiamento

- Limitações do apoio a projectos plurianuais
- Falta de financiamento
- Escassez de recursos disponíveis para este tipo de acções
- Orçamentos / financiamentos não associados às necessidades e direitos das pessoas mas sim às prioridades geo-políticas
- Excessiva dependência de escassos financiadores
- Contexto social (visão caritativa, etc.)
- Contexto económico actual
- Sobrelotamento - falta de espaço para a ED – agendas muito preenchidas dos públicos-alvo (ex.: sobrecarga para as escolas)
- Sustentabilidade - das acções de ED
 - das organizações
- Incerteza quanto à regularidade e sustentabilidade dos recursos

(3) Resumo das discussões no plenário

Houve um relativo consenso sobre os factores externos que dificultam as acções de ED, destacando-se a questão dos financiamentos, a sua descontinuidade, falta de previsibilidade e curta duração. Isso leva a uma dispersão das actividades, a descontinuidades e à dificuldade de inseri-las num marco estratégico das organizações.

Como dificuldade externa foi apontada a resistência ao tema, quer por parte das comunidades, como das estruturas governamentais. Há uma certa rigidez nas estruturas que acolhem a ED, as quais, inicialmente, aceitam a proposta de trabalhar neste âmbito, seja por estarem agindo politicamente ou por não perceberem exactamente do que se trata. Mas, no decorrer dos trabalhos, não se envolvem.

Outro aspecto tem a ver com os denominados “temas fracturantes”, por exemplo, quando se fala de “saúde reprodutiva”, esse tema é considerado fracturante porque pode tangenciar e abordar a questão do aborto. A mesma coisa se passa em relação ao género, são de certa forma temas “tabus”.

A centralização dos poderes e eventos em Lisboa é também limitador.

Outra questão destacada foi a inexistência de oportunidades de avaliação e acompanhamento. Se houvesse mais *feedback*, talvez fosse possível melhorar a acção em ED.

Terminado o exercício, sentiu-se necessidade de reagrupar as informações para uma melhor classificação por semelhança de modo a facilitar a formulação de algumas sínteses, mas já não havia tempo.

i. Mudanças verificadas nas acções de ED

Síntese da 4ª sessão e comentário geral

Aos participantes de cada organização propuseram-se as seguintes perguntas:

- 1. Entre 2005 e 2008, o que mudou (escolher até 3 mudanças consideradas mais significativas) nas acções de ED na sua organização em relação a :**
 - a) selecção dos públicos envolvidos?**
 - b) temas?**
 - c) metodologias?**

Porque é que essas mudanças aconteceram?
- 2. O que foi determinante para que estas mudanças acontecessem?**

Ao responder, as ONGD relataram mudanças motivadas, em grande parte, por aprendizagens realizadas na prática da ED, embora esse facto não estivesse muito claro para todas as pessoas. Analisando as respostas a “Porque houve mudanças?” e “Qual a motivação determinante?” predominam motivações relacionadas com a ampliação da percepção sobre um aspecto específico do trabalho, sobre a necessidade de solucionar um problema ou sobre a percepção de estratégias ou metodologias de trabalho que funcionavam melhor. Exemplos (entre outros): falta de metodologias que permitam a reflexão sobre as próprias políticas e a sua partilha; os beneficiários da acção não foram actores na concepção do projecto; necessidade de reforçar a ED em Portugal; crescente reconhecimento da responsabilidade dos actores colectivos enquanto referências sociais; adopção de uma melhor comunicação; construção de umarelacção de confiança e rede social, forte adesão e bons resultados.

Percebe-se na leitura do quadro que as organizações mudaram a sua forma de fazer a ED, aprimoraram as suas práticas e cresceram em termos do saber-fazer.

Porém, verifica-se também uma confusão entre *metodologia* e *estratégia* que já se fizera sentir noutras etapas da Oficina. Isso significa que nem sempre as mudanças foram metodológicas, mas na estratégia adoptada.

(2) Apresentações em plenário

Quadro das respostas apresentadas por cada ONGD

Organização	O que mudou?	Porque mudou?	Determinante
<u>Engenho e Obra</u>	Consciencialização sobre novas prioridades para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), ie. tecnologias adaptadas para a promoção da autonomia e Desenvolvimento Sustentável das populações	Em virtude da ocorrência de: - maior reflexão sobre ED/EDS - estabelecimento de novas parcerias em Portugal e nos países - iniciativas UE para países ACP	Percepção de novas oportunidades
<u>CIDAC</u>	Trabalho estruturado com o público escolar Procura activa de novas metodologias coerentes com os princípios da ED	Público multiplicador; inserção da ED no sistema formal de ensino; surgimento de oportunidades concretas Tomada de consciência da pobreza metodológica face à riqueza disponível Falta de metodologias que permitam a reflexão sobre as próprias políticas e a sua partilha	Necessidade de melhorar a intervenção em ED Necessidade de reforçar a ED em Portugal

Organização	O que mudou?	Porque mudou?	Determinante
<u>IMVF</u>	Mudança na estratégia em relação ao grupo-alvo (considerando a disponibilidade do grupo-alvo, o tempo, os aspectos culturais e os temas da acção)	Abordagem ao grupo (adopção de uma melhor comunicação, construção de relações de confiança, rede social)	
<u>Cores do Globo</u>	Mudança de públicos: de um público escolar a outros sectores – sociedade civil, autarquias; próximo passo: organizações privadas	Opção estratégica: aposta na mudança organizacional; da acção individual à acção institucional (alterações dos padrões de consumo das organizações)	Crescente reconhecimento da responsabilidade acrescida dos actores colectivos, enquanto referências sociais
<u>AJPaz</u>	<p>Públicos: da comunidade escolar a agentes de desenvolvimento (autarcas, media, empresas, decisores políticos)</p> <p>Temas: maior especificidade e aprofundamento de temas (ie. Direitos Humanos – soberania alimentar)</p> <p>Metodologia: educação não-formal e educação através da experiência</p>	<p>Inclusão da ED no plano estratégico da AJPaz</p> <p>Financiamentos aprovados</p> <p>Crescimento/aprendizagem da equipa/Associação</p>	
<u>APF</u>	<p>A inserção das campanhas no contexto da ED</p> <p>Estruturação de actividades de ED especificamente dirigidas à comunidade escolar (público inovador)</p> <p>Possibilidade de desenvolver recursos pedagógicos e a realização de uma campanha pública</p>		Existência de financiamento (<i>staff</i> e deslocações)

Organização	O que mudou?	Porque mudou?	Determinante
<u>Fundação Gonçalo da Silveira</u>	<p>Mudança de públicos</p> <p>Especialização de recursos humanos: aposta na pesquisa e formação contínuas</p> <p>Ajustamento de objectivos face às limitações de recursos humanos e financeiros e participação de parceiros</p>	<p>Maior diversidade de público-alvo (escolar) – menor número de escolas envolvidas / diferenças existentes entre elas</p> <p>Necessidade de fortalecer a capacidade crítica e interveniente da organização: maior envolvimento na <i>advocacy</i></p> <p>Limitações de recursos</p>	
<u>Oikos</u>	<p>Públicos-alvo: maior diversificação – associações de migrantes, autarquias</p> <p>Temas: Migrações (2003-2005), exploração laboral, tráfico de seres humanos, ODM</p> <p>Metodologias: pouca alteração (participativa) – novas TIC, audiovisual (ie. vídeo documental)</p>	<p>Novas temáticas e efeitos multiplicadores</p> <p>Adaptação ao contexto (agenda internacional)</p> <p>Forte adesão e bons resultados</p>	Necessidade de reforçar actividades de ED em Portugal
<u>ISU</u>	<p>Envolvimento de novos públicos (comunidade escolar, empresas, entidades públicas)</p> <p>Especialização temática dentro da ED (consumo responsável);</p> <p>Novos parceiros (associações de Comércio Justo)</p> <p>Reforço na produção de materiais pedagógicos e didácticos.</p>	<p>Necessidade de integrar e ‘priorizar’ estrategicamente a ED</p> <p>Reforço de competências</p>	<p>Indefinição interna sobre a importância da ED</p> <p>Proposta/convite de outras organizações. (Associação Reviravolta)</p> <p>Financiamento do IPAD</p>
<u>VIDA</u>	<p>Públicos-alvo: do público adulto, institucional, público em geral a crianças e jovens;</p> <p>Temáticas: do Sul ao N/S</p> <p>Metodologias: da abordagem técnica a contacto directo</p>	<p>Pela resistência ao tema do público-alvo anterior</p> <p>Para estabelecer proximidade com os temas</p> <p>Falta de informação sobre os temas</p>	<p>Necessidade de reforço/multiplicação da ED em Portugal</p> <p>FEC: projecto Enlaces (parceiros: autarquias – formação a técnicos de autarquias)</p>

Organização	O que mudou?	Porque mudou?	Determinante
ADPM	Introdução de um trabalho prévio de desenvolvimento pessoal e social (DPS) no 1º ciclo	Porque não é possível trabalhar a ED sem a aquisição de competências básicas de DPS	Os beneficiários da acção não foram actores na concepção do projecto
FEC	O trabalho passou a ser mais sistemático, continuado e estruturado numa lógica de rede e parceria Não havia e passou a haver: . formação de actores locais . actividades regulares . criação de parcerias . trabalho de rede	A ED passou a ser uma prioridade para a organização Disponibilidade de um técnico a tempo inteiro	Aprovação / financiamento do projecto pelo IPAD

(3) Resumo das discussões no plenário

Este momento da Oficina foi um momento rico e é desafiador dar conta do que se passou. Tendo sido bastante extenso, optámos por sintetizar a discussão e algumas aprendizagens percebidas nas intervenções dos e das participantes, correndo o risco de uma interpretação, mais do que uma transcrição, do que foi dito.

Engenho e Obra: para a Engenho e Obra, é importante falar de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

CIDAC: depois de alguns anos de trabalho com outros públicos, o CIDAC retomou a intervenção no quadro do ensino formal; ao mesmo tempo, decidiu procurar activamente metodologias que fossem coerentes com a própria definição de ED. O objectivo tem sido contribuir para aprofundar e reforçar as práticas e a reflexão sobre a ED, quer na própria organização, como com outros actores em Portugal.

IMVF: a mudança deu-se motivada pela compreensão da necessidade de uma adaptação ao ritmo do trabalho das mulheres e às suas disponibilidades de tempo. Identificou-se também a importância da comunicação e do estabelecimento de relações de confiança para poder entrar na sua rede social, o que foi facilitado pelo facto da técnica responsável ser também de família guineense, promovendo uma maior identificação do grupo. Outro aspecto destacado é que a acção decorreu na zona da Grande Lisboa (projecto em curso) mas também há acções na Guiné-Bissau.

Cores do Globo: houve uma mudança de público, para além do público escolar. Com o novo projecto também há um caminhar em direcção às organizações privadas. Pretende-se motivar nas organizações privadas alterações dos padrões de consumo, bem como dentro da própria Cores do Globo. E por organizações privadas entendem-se as empresas. A estratégia é fomentar o consumo responsável (com o Comércio Justo).

A **AJPaz** destaca mudanças no público, da comunidade escolar (turmas ou professores)

passaram às autarquias, medias. Os professores são considerados agentes de ED. A metodologia adapta-se aos temas, mas fica a mesma no essencial (metodologia e filosofia), tem a ver com os princípios da educação não-formal, na base da vivência.

A APF destaca que o projecto ROSA foi o único projecto aprovado pelo IPAD em ED e financiado em parte pela CE. A mudança em questão foi para trabalhar especificamente com as escolas em ED e partilhar com outros. Na estratégia/metodologia mudou o aproveitamento da oportunidade de fazer campanhas no contexto da ED (elemento novo) e ter mais ligações entre vários ODM sobre estes temas. O que trouxe de novo foi o público: a comunidade restrita escolar (por causa de um financiamento possível, sendo que o determinante foi ter um elemento remunerado, porque agora certos temas podem ser abordados na área da ED).

A FGS só começou na área da ED em 2006 (principal mudança). O primeiro objectivo era atingir um determinado número de escolas. Esse número acabou por diminuir para melhorar a qualidade (a partir de uma reflexão sobre a ambição em relação ao projecto). O que mudou, face ao número e à diversidade das escolas, foi o tratamento uniforme que deu lugar a uma resposta mais individualizada / personalizada. E houve uma ampliação dos temas trabalhados.

O ISU tem 3 eixos: cooperação, ED e exclusão social. Tem que dar a mesma importância à ED e aos outros eixos. Antes, o ISU só trabalhava na perspectiva do Comércio Justo. Há necessidade de priorizar e especializar-se na área da ED, daí o consumo responsável. Assim, não houve mudanças de metodologias, mas reforço das mesmas. O determinante foi também o desafio lançado por outra organização para este projecto (a Reviravolta). Aproveitaram-se os diversos níveis de experiência das diferentes organizações.

VIDA: a organização nunca havia trabalhado em ED e houve necessidade de se adaptar. Começaram por acções pontuais. E mudaram do público adulto para crianças. A metodologia passou de muito técnica para mais individualizada e participativa, assim a informação passa mais simplesmente. O que foi determinante foi a necessidade de pôr as pessoas a pensar.

A FEC começou na área da ED em 2006, de maneira pouco organizada. Em 2007 houve um projecto com as autarquias, o trabalho passou a ser mais estruturado e em rede (“não sei se é mudança de estratégia ou de metodologia”). A FEC mudou no sentido de considerar a ED como fundamental. O factor determinante foi a aprovação pelo IPAD. O que mudou foi a formação. Criaram-se actividades e parcerias locais e a FEC faz o acompanhamento destas equipas criadas pelas autarquias. A FEC contactou as autarquias inicialmente, sendo a selecção feita numa base geográfica e de contactos e agora, na fase 2, há autarquias novas que querem entrar. No início a FEC teve dificuldade em saber com quem falar nas autarquias.

ADPM: houve mudanças nos objectivos. Foi no terreno que perceberam a falha na metodologia / estratégia / tema no 1º ciclo. Aguardam-se novas mudanças a partir da implementação do projecto nas escolas no 1º ciclo envolvendo a formação pessoal e social prévia.

j. Recomendações elaboradas pelos e pelas participantes

(1) Síntese da 5ª sessão e comentário geral

O **objectivo** desta fase da Oficina foi, considerando as reflexões desenvolvidas, elaborar as recomendações para a ENED. Num primeiro momento, o grupo dividiu-se em 3 Grupos, todos com a tarefa de elaborar recomendações, mas cada um a partir de um dos seguintes quadros trabalhados:

40

1. factores internos que facilitam e que dificultam as acções de ED
2. factores externos que facilitam e que dificultam as acções de ED
3. os actores da ED e os seus diferentes papéis; as mudanças verificadas nas acções de ED.

O desenvolvimento das recomendações foi livre, sem uma indução temática, mas recomendando-se que se tomassem como referência as discussões desenvolvidas e que se tentasse encontrar consensos; no caso de isso não ser possível, que se registassem as diferentes percepções para serem discutidas no plenário.

Num segundo momento, as propostas dos três Grupos foram discutidas em plenário, buscando-se o consenso do grupo. Em certos casos elas foram reformuladas ou agrupadas, mas o documento ficou mesmo assim pouco claro, por falta de tempo para o aprimorar.

A seguir, o resultado obtido foi apresentado às representantes dos Observadores – IPAD e Plataforma Portuguesa das ONGD. Dada a impossibilidade de explicar todo o processo vivido que levou à formulação das Recomendações e a falta de preparação prévia, mais detalhada, deste momento de apresentação, assim como a hora tardia e o cansaço dos participantes, ele criou algumas frustrações. Sendo o culminar dos trabalhos desenvolvidos, o grupo esperava questões e comentários por parte dos Observadores. Estes, por seu lado, tendo dificuldade em compreender com clareza o tipo de Recomendações e a que instituições cada uma delas era dirigida, acabaram por ouvir e apenas reafirmar o empenho do IPAD e da Plataforma na sua consideração atenta, depois de receberem a versão final.

Efectivamente, num quarto momento, que se deu após a Oficina, a Equipa de Sistematização enviou por correio eletrónico ao grupo uma nova proposta de reagrupamento das propostas elaboradas, preservando todas as Recomendações feitas.

A versão provisória (elaborada durante a Oficina) das Recomendações ficou como segue:

RECOMENDAÇÕES PARA A ENED

Capacitação técnica dos recursos humanos (internos e externos, peritos e voluntários) EM ED

Capacitação técnica: encontrar denominadores comuns: parcerias, redes de trabalho, monitorização, avaliação, metodologias

Capacitação e qualificação dos vários intervenientes das acções de ED através da clarificação das linhas de acção e actuação em ED

Promoção da partilha de boas práticas entre organizações para consolidar e complementar parcerias/sinergias – organização intersectorial (IPAD, Plataforma) com vários actores de um fórum anual de ED

Reforçar espaços de debate entre ONG, Sociedade Civil e poderes públicos e políticos
Diálogo entre as entidades financiadoras e as entidades promotoras para compatibilizar as agendas políticas e prioridades dos financiadores com as necessidades do terreno e os direitos das pessoas

Clarificação do conceito de ED

Desenvolvimento de medidas para apoiar iniciativas e a participação das organizações fora das áreas metropolitanas

Diversificação das fontes de financiamento público (vários ministérios, ex. Educação, e poder local) e privado (com base em critérios éticos – a definir!)

Períodos de execução dos projectos de ED mais alargados (maior do que anual); apoio a projectos plurianuais

Informação atempada sobre a abertura de candidaturas (previsibilidade do processo de candidatura)

Definição de uma estratégia para o reforço de sinergias entre ONGD (papel da Plataforma, grupos temáticos, partilha de recursos)

Implicação dos actores institucionais (ONGD, financiadores, entre outros ...) no reconhecimento público, promoção e divulgação da ED

Aprofundamento das metodologias de avaliação dos projectos de ED

Reconhecimento da ED de acordo com a resolução de 2001 do Conselho de Ministros do Desenvolvimento da EU - inclusão da ED na educação formal

Difusão de referenciais de conduta e cartas de princípios na área da ED

Adequação das metodologias relativamente ao público-alvo

As organizações terem uma estratégia para a ED

Co-responsabilização/participação dos actores nas diferentes fases do projecto

Estratégia de trabalho com os *frutos não-maduros* (Plataforma)

(3) Resumo das discussões no plenário

1. Quanto ao reconhecimento e promoção da Educação para o Desenvolvimento, recomendou-se a implicação dos actores institucionais (ONGD, entidades públicas, entidades financiadoras, entre outros) no reconhecimento público, na promoção e na divulgação da ED e na inclusão da ED no sistema formal de ensino. Para este último ponto, foi mencionada a resolução de 2001 do Conselho de Ministros do Desenvolvimento da UE como incentivo para incluir a ED na educação formal. No entanto, uma verificação ulterior à oficina mostrou que a referência a esta resolução não parece pertinente neste contexto específico porque: (1) na resolução não há nenhuma referência explícita ao sistema formal de ensino; (2) a política educativa é da competência dos Estados-membro e não das instituições comunitárias. Mas é relevante do ponto de vista do imperativo do reconhecimento da ED.

É mais uma vez referida a necessidade de clarificar o conceito de ED.

2. Quanto ao diálogo entre os vários actores, recomendou-se **o reforço de debate entre ONG, outras organizações da sociedade civil, poderes públicos e políticos; a promoção de partilha de boas práticas entre os vários actores** para articular sinergias e consolidar parcerias. Foi sugerida a criação de um conselho consultivo de ED mas os e as participantes ficaram divididos sobre esta questão. Decidiu-se que a ideia do conselho deveria amadurecer. No entanto, os e as participantes concordaram em recomendar a **organização intersectorial (IPAD, Plataforma) de um Fórum anual de ED** com a participação dos diferentes actores. Foi ainda recomendada a **co-responsabilização dos vários actores**.

3. No que diz respeito ao financiamento, depois de se ter constatado que as agendas políticas nem sempre correspondem às necessidades que as ONGD detectam no terreno, foi recomendado o **diálogo entre as entidades financiadoras e as entidades promotoras para compatibilizar as agendas políticas e as prioridades dos financiadores com as necessidades do terreno e os direitos das pessoas**. Também os e as participantes concordaram em recomendar a **diversificação das fontes de financiamento: público** (ministérios, entre os quais o da Educação e autarquias) **e privado** (com base em critérios éticos, a definir). A este propósito, foi sublinhada a importância da adopção de uma conduta ética. Por exemplo, na maneira como se fala do Norte ou do Sul e qual é a imagem que se transmite. É também sentida pelos participantes a dificuldade na continuação de acções desenvolvidas através de projectos de curta duração e a incoerência que isto representa no quadro da ED. Recomendou-se assim o **apoio a projectos plurianuais**. Os participantes ressaltaram a dificuldade em candidatar-se a projectos por causa da falta de informação e

recomendaram a **previsibilidade dos processos de candidatura com uma informação atempada sobre a abertura de candidaturas.**

4. Acerca da capacitação dos recursos humanos, recomendou-se a capacitação e qualificação dos vários intervenientes das acções de ED (recursos humanos internos e externos - voluntários, peritos), através: da clarificação das linhas de acção e actuação em ED, da procura de denominadores comuns (criação de parcerias, redes de trabalho), do reforço metodológico e das práticas de monitorização e avaliação. Quanto à avaliação, foi colocada a questão de saber como medir o sucesso de uma acção que tem indicadores só para um tempo definido, embora as consequências se façam sentir depois desse tempo. Também é sentida a falta de um guia que ajude a avaliar as acções independentemente das exigências dos financiadores.

5. Quanto ao reforço organizacional na área da ED, os participantes recomendaram: o desenvolvimento de **estratégias de intervenção em ED no âmbito de cada organização**; a definição de uma estratégia para o reforço das **sinergias entre ONGD** (criação de grupos temáticos, partilha de recursos...), na qual a Plataforma Portuguesa das ONGD poderia ter um papel dinamizador; o **aprofundamento das metodologias** e das práticas de avaliação de projectos de ED. Acerca das metodologias, foi referida a importância da organização de encontros posteriores para aprofundar o método aplicado nesta oficina. Recomendou-se ainda a difusão de **referenciais e cartas de princípio existentes na área da ED** e o desenvolvimento de **medidas que facilitem a participação em iniciativas de ED das organizações sediadas fora das áreas metropolitanas.**

Por fim, foi proposta uma recomendação dirigida ao grupo: pedir à Plataforma para organizar um encontro sobre as questões que não puderam ser tratadas, os chamados *frutos não-maduros*.

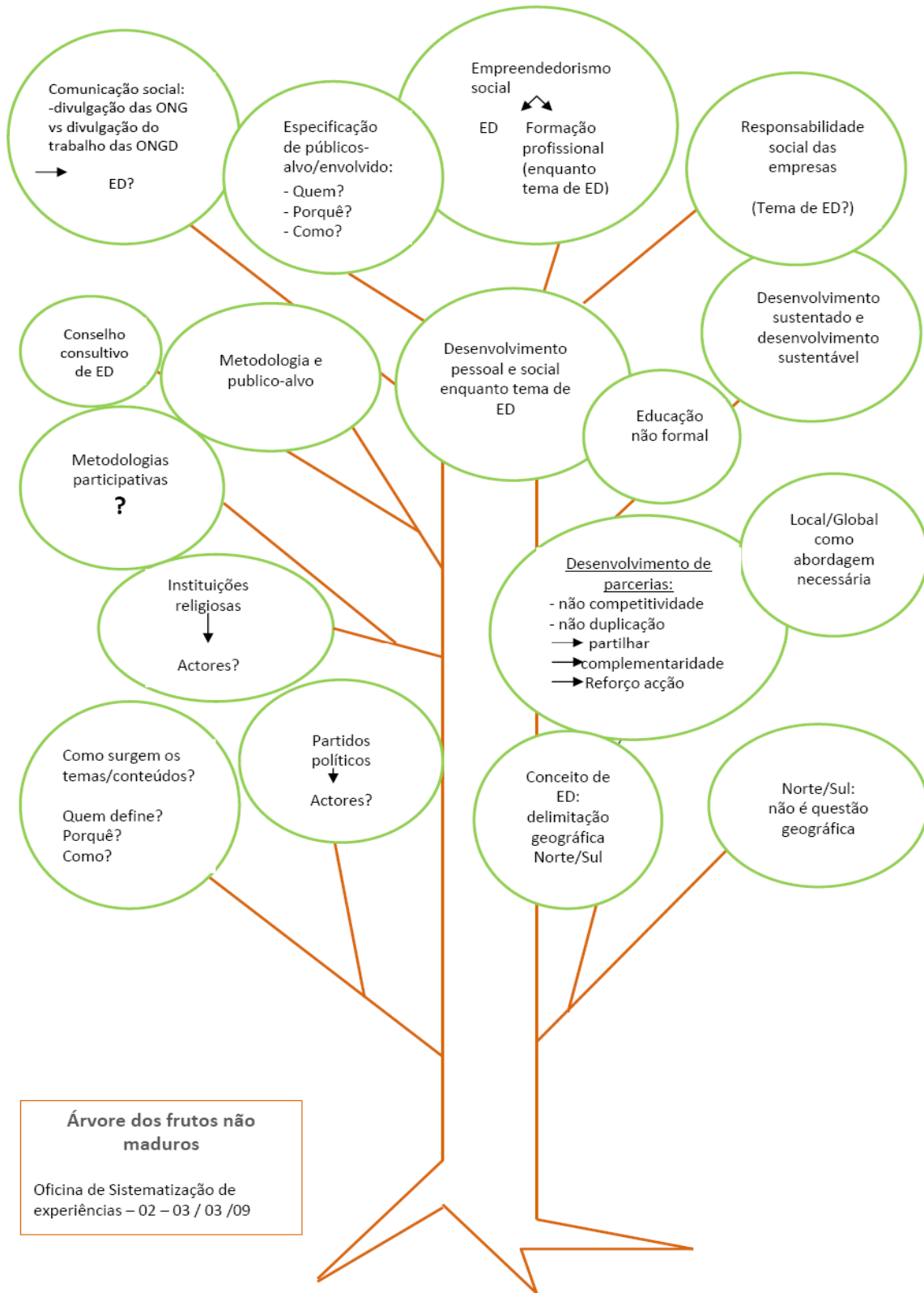
k. Frutos não-maduros

Considerando a complexidade do tema da ED, os diferentes conceitos envolvidos e as diversas práticas desenvolvidas em Portugal, e ainda, tendo-se previsto que surgiriam discussões importantes que não seria possível realizar durante a Oficina pela pouca disponibilidade de tempo, a Equipa de Sistematização propôs a figura da *Árvore dos Frutos Não-maduros*. Estes frutos representam assim as questões em aberto, conceitos pouco claros e outros elementos que envolvem a ED para os quais não houve consenso no grupo ou não houve tempo para tratar. São eles:

44

- Conceito de ED
- Educação para o Desenvolvimento Sustentável; desenvolvimento sustentado e desenvolvimento sustentável
- Educação não formal (o que é? Como se insere na ED?)
- Metodologias participativas (o que são? Onde estão descritas?)
- A especificação dos grupos-alvo (publico-alvo versus publico envolvido) – quem são? Porquê? E como envolvê-los?
- Desenvolvimento de parcerias: não duplicação, não competitividade?; partilha e complementariedade?;
- Responsabilidade social das empresas, é tema de ED?
- Empreendedorismo social e formação profissional, temas de ED?
- Desenvolvimento pessoal e social, é tema de ED?
- Como é que os temas surgem?
- Partidos políticos e Igrejas – podem ser actores de ED?
- Comunicação social: divulgação das ONG ou divulgação do trabalho das ONG?
- Local / global, Norte / Sul: que abordagens? Que limitações geográficas?
- Conselho Consultivo de ED

Estas questões em aberto podem ser o ponto de partida para construir uma agenda de novas reflexões colectivas do grupo.



I. Avaliação do Exercício

Após o Exercício, enviou-se às ONGD o questionário que consta do Anexo 5. As respostas apresentam-se a seguir, organizadas de modo a facilitar, também, o confronto com as expectativas expressas pelos e pelas participantes.

O que foi bom no exercício de Sistematização de Experiências?

46

Partilha / troca de experiências e conhecimento mútuo

- A oportunidade de dialogar, partilhar experiências e conhecimento com outras organizações
 - A partilha de experiências entre as organizações
 - Partilha de experiências entre os participantes
 - Em especial o facto de termos tido um tempo e um espaço de reflexão sobre a nossa prática em confronto com a prática de outras ONGD que actuam na área da ED
 - A interacção entre as ONGD e a troca de informação entre elas foi para nós o ponto mais positivo do exercício. Isto porque a consciência do trabalho de outras instituições pode contribuir em muito para a melhoria do trabalho da organização e para o desenvolvimento de futuras parcerias
 - A discussão de ideias e opiniões
 - a partilha com as outras organizações levou-me a um melhor conhecimento da realidade de uma boa parte das ONGD portuguesas e fez-me desenvolver uma consciência mais apurada do que se está a fazer a este nível, bem como da vivacidade, diversidade e das potencialidades que têm as ONGD para conceber estratégias para fazer face à crise económica, social e ambiental que atravessamos
 - A visão global dos projectos e das diversas visões sobre a ED
 - O conhecimento de boas práticas
-

Questionamento e aprendizagens

- Novas ideias para melhorar os projectos em curso
- Embora já tivesse participado num Exercício deste tipo e considere uma boa metodologia de trabalho, parece-me que o melhor das sessões do Exercício foi mesmo colocar em confronto as organizações com a sua própria realidade
- A aprendizagem da alteração de estratégias, por parte das organizações, sempre que se confrontam com situações em que se percebia que os meios e metodologias tinham que ser transformados para chegar aos fins pretendidos (nomeadamente para atingir certo público-alvo)
- A possibilidade de estabelecer algumas linhas comuns e de privilegiar em detrimento de outras, procurando contribuir com algumas medidas para a ENED
- A consciência de que os conceitos não são consensuais (por não serem estanques)
- A identificação dos frutos não-maduros, o questionamento de noções que alguns julgavam adquiridas: ED, Norte-Sul, experiência, intervenção dos partidos políticos nestas áreas levou, julgo, à busca de um aprofundamento, alargamento e redefinição de conceitos e sua adequação às realidades actuais com que se defronta a sociedade portuguesa e cada organização

Metodologia de Sistematização de Experiências

- Esforço de atender de forma objectiva à realidade particular da(s) nossa(s) organização(ões), de modo a gradualmente identificarmos o status quo e a ter uma perspectiva dinâmica e crítica em relação à estratégia de ED desenvolvida
 - A competência, a capacidade de dinamizar e conduzir o exercício de SE de forma paciente e ao mesmo tempo firme, criativa e clara, por parte da Denise
 - A familiarização com a técnica de Sistematização foi muito frutífera enquanto potencial instrumento de trabalho.
-

Grupo

- A maturidade, capacidade de trabalho em grupo, honestidade e profissionalismo dos intervenientes – mesmo a irreverência de alguns e as possíveis dissonâncias foram, no meu entender, na sua maior parte, sinais de riqueza e de que as coisas mexem!
-

48

Que aspectos poderiam ser melhores?

Duração da Oficina

- Mais tempo para chegar a conclusões mais aprofundadas e a medidas mais específicas
 - Ter havido tempo para passar das reflexões para as aprendizagens e seguidamente para as recomendações, uma vez que saltámos das reflexões directamente para as recomendações
 - Dado o “pressing” talvez mais 1 dia de trabalho (com todos os inconveniente que tal acarretaria)
 - O alargamento do tempo para reflectir com mais calma e não retirar ilações precipitadas. A pressão do tempo levou a que, na corrida contra o relógio, tivéssemos optado por descrições mais vagas do nosso trabalho, não incidindo em pormenores, como era pretendido. Também porque os participantes não estavam habituados à metodologia e à partilha dos pequenos detalhes que muitas vezes estão na base de importantes avanços
 - Realização das recomendações (pouco tempo para reflectir e clarificar ideias)
 - Julgo que se houvesse mais tempo para realizar cada uma das etapas em que consiste o exercício, o resultado final seria mais conseguido e não se teria sentido tanta frustração ao percebermos que não tínhamos chegado a uma proposta consistente, coerente e madura das ONGD para a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento
-

Conteúdos e momentos - chave da Oficina

- Teria sido útil (no sentido em que permitia uma menor dispersão) uma sessão prévia de discussão sobre o conceito de ED e a importância da ENED
- Poderia ter havido um momento prévio de apresentação dos projectos e das organizações e dos objectivos específicos da própria ENED, para que houvesse mais tempo para a sistematização de experiências propriamente dita
- O facto de não ser linear o conceito de ED para todas as organizações presentes dificultou o trabalho em si – este momento prévio poderia ter sido dedicado exclusivamente à definição do conceito e ter partido daí
- Clarificar a finalidade do exercício (talvez colocar num flipchart e deixar exposto na sala, como linha orientadora)
- O processo de concepção do plano de trabalho e definição dos objectivos poderia ter sido do conhecimento de todas as entidades presentes, desta forma, cada uma delas ter-se-ia obrigado a reflectir de forma mais profunda sobre a sua posição face aos conteúdos propostos. Ou seja, a reflexão individual de cada instituição deveria ter sido mais detalhada

Facilitação da Oficina

- Alguns detalhes da logística (tais como materiais de divulgação e organização do espaço) podiam ter sido assegurados antes dos momentos de formação, evitando o desperdício de tempo útil de trabalho
- Que conseguíssemos ter contacto com todas as organizações presentes e conhecer o seu trabalho de forma mais aprofundada. A criação dos grupos de trabalho foi profícua na criação de dinâmicas de interação mais estáveis, mas retirou-nos o conhecimento de outras realidades. Se bem que a rotatividade dos elementos dos grupos poderia constituir um factor de dispersão, pouco favorável ao curto tempo de que dispúnhamos
- Acompanhamento mais próximo dos sub-grupos de trabalho
- Indicações para os sub-grupos de trabalho (nem sempre foram claras e objectivas)

Constituição e dinâmica do grupo

- O IPAD e a Plataforma deveriam ter participado directamente nos trabalhos
 - Creio também que o facto de haver interesses diferentes e perspectivas diferentes por parte das ONGD pode ter dificultado um entendimento mais global e sistemático do que está em jogo na definição da ENED. Aponto alguns exemplos
 1. o apego a noções algo ultrapassadas de ED ligadas apenas com a dimensão geográfica e a tradicional divisão Norte-Sul
 2. a resistência de algumas pessoas à formação para o empreendedorismo social como uma forma de ED
 3. a resistência de algumas organizações ou pessoas a processos de inovação e de adaptação a novas realidades sociais e económicas dizendo que são “coisas de moda”
 - Talvez a competição entre as organizações tenha bloqueado consensos e emperrado um pouco o processo.
-

Durante o exercício de Sistematização de Experiências realizou aprendizagens que considera úteis para a sua organização? Quais? E para o seu desenvolvimento pessoal/profissional? Quais?

Aprendizagens ligadas à própria organização e sua actuação na área da ED

- Em primeiro lugar permitiu reflectir sobre a prática da organização durante o período de tempo estipulado e confrontar a prática com a nossa missão e plano estratégico
- Do ponto de vista pessoal e profissional, surgiram novas ideias e instrumentos para ultrapassar algumas dificuldades internas (na organização) e na implementação de projectos (p.e. a partir deste ponto creio que a organização deverá delinear por escrito a sua estratégia para a ED – ajuda a sistematizar e seguir sempre a mesma orientação, no sentido de evitar a multiplicidade de áreas de intervenção e a criação de um mosaico interno – sem uma especialização concreta)
- O desenvolvimento da capacidade de atender à realidade particular da organização e de avaliar de forma atenta, profunda e sistemática o processo de ED, nas suas diversas componentes
- A capacidade de gradualmente percebermos a especificidade do trabalho e da actuação da organização no contexto das ONGD portuguesas, avaliar ‘nichos de actuação’ específicos no domínio da cooperação e desenvolvimento

Aprendizagens sobre outras ONGD / realidade das ONGD

- (...) outras potencialidades de cooperação com as outras ONGD no quadro da sociedade portuguesa e também a nível internacional na cooperação com outros países em desenvolvimento, em especial com os de língua oficial portuguesa
- Através do confronto com outras organizações permitiu associar a existência de percursos divergentes na mesma área, com a possibilidade de encontrar caminhos comuns
- Oportunidade de trabalhar em equipas multidisciplinares, circunstância que já acontece regularmente na organização e que aqui ganhou uma dimensão acrescida, por ser efectuada entre diferentes organizações, com pontos de vista diversos
- A aprendizagem de que existem posturas diversas, mas práticas muito semelhantes em termos de ED, no que toca aos actores envolvidos e aos beneficiários previstos
- Partilha de experiências
- Diversas visões sobre a ED
- Criação de momentos para reflexão e discussão
- Melhor conhecimento das ONGD da Plataforma e contacto com as pessoas destas ONGD

Aprendizagens ligadas aos conteúdos e práticas de ED

- Algumas formas de ultrapassar as dificuldades na implementação de projectos com escolas
 - Algumas metodologias de capacitação de agentes multiplicadores e quais os actores que mais facilmente contribuem para a multiplicação de efeitos
 - Um melhor domínio da linguagem e dos termos nesta área
 - A nível pessoal a SE proporcionou-me um melhor domínio da linguagem e dos termos nesta área
-

Aprendizagens ligadas à metodologia de SE

- A própria metodologia que pode ser útil à dinamização dos grupos de trabalho internos à organização, enquanto momentos de reflexão sobre as práticas que vão sendo desenvolvidas
- A Sistematização de Experiências é uma metodologia que pretendemos adoptar no quotidiano da Associação. Para além disso, o facto de se debruçar sobre o processo, permite-nos tirar conclusões que com outro instrumento não seriam tão evidentes, ou até mesmo perceptíveis
- A experiência da Sistematização de Experiências teve em mim o efeito de “despertador” pois senti-me a aceder a outros níveis de consciência e de deslumbramento perante a realidade
- Em termos de desenvolvimento pessoal/profissional a participação permitiu, por um lado considerar as potencialidades desta metodologia no trabalho que desenvolvo (em especial com o público escolar) e, por outro lado, confrontar a minha actuação nesta área com aquilo em que acredito

Como avalia o resultado da Oficina enquanto o seu objectivo principal: formulação de recomendações para a ENED? Até que ponto o objectivo foi alcançado?

Limitações à concretização do objectivo associadas ao tempo

54

- Seria talvez demasiado ambicioso pensar que depois de dois dias de trabalho intensos e com o cansaço acumulado e instalado, se pudessem elaborar recomendações formuladas e estruturadas num formato ideal. No entanto, sabemos de antemão que qualquer produto nascido nestas condições, nunca preencheria as medidas das nossas expectativas iniciais. As recomendações resultantes não são efectivamente fiéis a toda a discussão gerada ao longo dos trabalhos, mas espelham sem duvida as principais questões abordadas e preocupações sentidas pelos intervenientes
 - Foi interessante partilhar os fracassos e perceber que as organizações têm bastante dificuldade em se expôr, no entanto creio que isso foi ultrapassado em certa parte. Quanto ao exercício de sistematização de experiências não foi tão frutífero quanto poderia ser pois houve muito pouco tempo para chegar a conclusões com apenas dois dias de trabalho (e quando o principal se resumiu a uma hora de contributos para a Estratégia). Os contributos foram demasiado generalistas apesar do grande esforço das organizações.
-

Limitações à concretização do objectivo associadas à metodologia proposta

- Uma questão de difícil resposta. Há conceitos que pela dinâmica própria devem ser adaptados, na realidade a oficina abordou aspectos micro e deveria ter privilegiado os aspectos macro, o objectivo foi contudo parcialmente atingido
- Apesar das potencialidades já reconhecidas da Sistematização de Experiências, talvez não tenha sido a melhor metodologia a utilizar face aos objectivos bem concretos que se pretendiam atingir
- Ficou aquém das expectativas. Não foi claro, desde o início do workshop que a finalidade do exercício seria elaborar um conjunto de recomendações para a ENED. A ênfase foi colocada na recolha de elementos das diversas ONGD com projectos de ED aprovados pelo IPAD e na reflexão em grupo
- Na nossa opinião, o resultados da oficina, apesar de ter sido bom, não terá uma correspondência directa com o conteúdo a figurar numa Estratégia Nacional. Estas conclusões devem ser trabalhadas no sentido de adaptá-las e orientá-las para um campo de intervenção nacional, como é pretendido neste caso

Valorização dos resultados do processo

- Penso que o trabalho intenso levado a cabo durante os 2 dias levou a chegar a consensos importantes sobre o que deverá constar na ENED
 - Julgo que, apesar de não termos apresentado um trabalho final 'pronto e acabado' estes dias foram muito importantes como parte do processo de elaboração e de pôr em prática uma Estratégia Nacional de ED pois facilitou a aproximação das ONGD e obrigou cada organização a um esforço crítico de revisão da sua actuação nestas áreas. Creio que foram dados passos no sentido do fortalecimento das ONGD na sociedade portuguesa e respectivo papel no desenvolvimento e cooperação internacional
-

m. Potencial e limitações do Exercício

Neste espaço, a Equipa de Sistematização gostaria de registar as suas reflexões sobre o processo, como uma espécie de sistematização da sistematização. A pergunta que nos orientou foi a de procurar entender o potencial e as limitações do Exercício.

56

Identificámos como potencial do Exercício a valorização das experiências de cada organização, enquanto fontes de aprendizagens significativas para a ED em Portugal. E além disso, o facto de proporcionar uma reflexão conjunta onde todas as pessoas presentes puderam crescer individualmente e, por consequência, as suas organizações também.

A metodologia estimulou as pessoas a olhar para as práticas e para a “partilha de experiências” a partir de um outro ponto de vista e desafiou-as ao diálogo, à cooperação, à interpelação mútua, criando bases para a construção de relações de maior confiança. Foi assim possível vivenciar um ambiente de diálogo, cooperação e abertura.

O Exercício também permitiu aos e às participantes identificar zonas de conhecimento não partilhadas ou confusas (*os frutos não-maduros*). Então, o que parecia claro para algumas organizações revelou-se menos claro neste contexto. Percebeu-se que há, de facto, diferentes visões, conceitos e modos de fazer que vão sendo adoptados, e que talvez seja necessário reconstruí-los colectivamente, num outro momento.

O Exercício possibilitou a construção de um resultado comum, partilhado, reconhecível por quem participou, dando origem a um novo património (relacional, metodológico, cognitivo, documental...), pertença colectiva das organizações presentes e que pode ser partilhado com outras organizações.

Este novo património fornece pistas para trabalho futuro em várias instâncias – a ENED, o IPAD, a Plataforma Portuguesa das ONGD, as ONGD individualmente.

Por fim, o Exercício permitiu aos e às participantes experimentarem uma outra forma de trabalhar, com a possibilidade de mostrar as suas limitações e descobrir que muitas delas são limitações comuns que nascem do desafio de promover e realizar a ED.

O Exercício também fez com que o grupo tomasse consciência de que para trabalhar em conjunto e realizar reflexões consistentes e aprofundadas é necessário disponibilizar tempo. E deve-se destacar o enorme esforço do grupo para superar todas as dificuldades. A partir de um certo momento, quando compreenderam o sentido do Exercício e como cada minuto era valioso, as pessoas reduziram o horário do almoço e debruçaram-se sobre as tarefas ao limite do cansaço.

Como limitações do Exercício, destacamos: a ausência de 4 das organizações convidadas, as quais poderiam ter enriquecido ainda mais o processo com as suas perspectivas; a escassez de tempo que não permitiu uma primeira abordagem da SE com as organizações antes do Exercício, o que teria resultado numa melhor compreensão e preparação para o mesmo; o deficiente aproveitamento do tempo, em alguns momentos, que limitou o desenrolar do próprio processo e a profundidade dos resultados alcançados, nomeadamente as recomendações para a ENED.

Outro factor limitador foi o facto de algumas organizações não indicarem as pessoas que tinham vivenciado as práticas de ED e elas tiveram dificuldades em resgatar as experiências, simplesmente porque não as tinham como bagagem.

Encontraram-se algumas resistências à própria metodologia, talvez por ser algo novo e que foge dos padrões habituais, porque rejeita as generalizações, as abordagens superficiais dos problemas e a evocação de conceitos pré-estabelecidos. Por outro lado, convida as pessoas a considerarem quanto as suas emoções e subjetividades interferem nos processos de tomada de decisão. De certa forma, também a falta de hábito das organizações de trabalharem em conjunto e o não conhecimento desta metodologia levaram a mal-entendidos e frustrações.

Outra limitação é que, por falta de tempo, não foi possível identificar as aprendizagens geradas pelas experiências de ED, embora muitas delas estivessem ali registadas nas reflexões dos Grupos. Não foi possível fazer a ligação entre as mudanças (de estratégia, de metodologia), as motivações para as mudanças e as aprendizagens.

Ainda outro aspecto limitador foi a impossibilidade de discutir e esclarecer com o grupo conceitos não só da ED, mas dos termos envolvidos nas perguntas orientadoras (afinal, o que são metodologias, público envolvido, actores, temas de ED?). Desde o início do planeamento do Exercício que se tinha concluído que esta discussão era inviável, por falta de tempo. Se não fosse esse constrangimento, poder-se-ia ter trabalhado no sentido de descobrir, de identificar quais são os conceitos que as práticas de ED revelam, de forma a que as pessoas pudessem perceber a partir de que valores e princípios desenvolvem os seus trabalhos.

A tensão entre o processo e o produto foi revelada no momento da apresentação das Recomendações. Essa tensão foi agravada pelo facto de os representantes do IPAD e da Plataforma não terem vivenciado a metodologia. Por isso ficaram surpreendidos com a frustração dos participantes, que aguardavam com expectativa a possibilidade de um debate ou de, pelo menos, ouvir considerações, por parte dos Observadores, sobre as recomendações apresentadas.

Por fim, as recomendações para a ENED ficaram um tanto genéricas e pouco organizadas. Com mais tempo teria sido possível identificar a quem se dirigia cada recomendação (processo da ENED, IPAD, Plataforma, ONGD...) e sugerir mecanismos e instrumentos que

facilitariam a sua concretização.

Olhando para este quadro, tem-se a impressão de que, da perspectiva das reacções do grupo, a Oficina em si passou pelo menos por 5 fases: a primeira de estranheza diante da novidade da metodologia; a segunda de rejeição pelo desconforto de não se poder socorrer dos conceitos (não consensuais) e das generalizações teóricas; a terceira de acolhimento e do esforço realizado para concluir a tarefa; a quarta de tensão entre o processo e o produto, com a frustração diante da impossibilidade de dar um passo adiante, seja na formulação das recomendações, seja no aprofundamento das reflexões sobre a ED; e talvez uma quinta fase que é a da vontade de avançar mais.

Pontos positivos e negativos da operacionalização da Oficina

Na realização do Exercício, inovador para a maioria das pessoas presentes, alguns detalhes da operacionalização actuaram como dificultadores e facilitadores. Abaixo destacamos esses aspectos, do ponto de vista de quem estava na preparação, organização e logística. Estas considerações são especialmente importantes para serem consideradas na preparação e concretização de futuros exercícios que utilizem esta metodologia.

Aspectos negativos

- A duração da Oficina foi insuficiente para os objectivos traçados pela Equipa de Sistematização e para a aplicação da metodologia de SE
- Os tempos de abertura (apresentação da ENED) e de fecho (apresentação das Recomendações) foram pouco pensados / preparados e menos bem conseguidos
- A inexistência de um momento inicial de preparação para o Exercício e de apresentação da metodologia da SE, para que os participantes se sentissem mais enquadrados, o que permitiria colmatar algumas resistências que se revelaram
- Algumas falhas na preparação (o corte das folhas de cartolina,)
- O não ter sido preparada a “linha do tempo” para a organização VIDA (problemas informáticos) e o esquecimento da inclusão da TESE e da APF nos Grupos de Trabalho
- O atraso no início da Oficina que gerou o incumprimento do plano preparado
- A falta de clareza (para os participantes) quanto à relação entre o trabalho solicitado às ONGD antes da Oficina e o próprio Exercício
- Pouco tempo para trabalhar a partir das aprendizagens da prática das organizações presentes; o facto de não se terem objectivado as “aprendizagens” (deu uma ideia distorcida da metodologia)

- O exercício não cabia afinal no tempo! Este desfasamento entre o tempo do plano e o tempo real teve como consequências negativas:
 1. a pressão experimentada pelo grupo e a equipa de facilitação
 2. algumas das “pontas” ficaram soltas e alguns dos contributos não foram integrados e abordados em profundidade
 3. não foi possível identificar as “aprendizagens” o que obrigou a um salto vertiginoso para as recomendações, também elas, insuficientemente amadurecidas
- O “desinvestimento” das e dos participantes no pós-exercício: das 15 organizações, só 2 comentaram a nova versão das Recomendações e só 8 responderam ao questionário de avaliação.

Aspectos positivos

- O acolhimento, por parte do IPAD, da experimentação de uma nova metodologia
- A experimentação desta metodologia com um grupo significativo de ONGD
- A formação de uma “Equipa de SE” para preparar e acompanhar o Exercício
- A preparação feita (embora não fosse perfeita)
- A participação: num universo de 19 organizações, 15 aceitaram participar; das 15, só 2 não estiveram no 2º dia
- O trabalho que as organizações desenvolveram previamente permitiu simultaneamente a focalização nas experiências e a selecção do essencial das práticas, prevenindo a dispersão na partilha entre as pessoas
- O elevado grau de resposta aos questionários iniciais: 13 em 15
- As questões orientadoras estavam bem formuladas: estavam claras e foram desafiadoras
- A opção pelo trabalho em pequenos grupos permitiu por um lado, o reforço da interacção, a participação de todos e todas e, por outro, que não se sobrecarregassem os plénários, como habitualmente acontece
- Houve capacidade de adaptar o plano ao ritmo do grupo e de introduzir sugestões das e dos participantes relativamente à dinâmica

- A metáfora da árvore da ED foi bem conseguida, permitiu superar impasses e reúne pistas importantes sobre o que temos que colectivamente amadurecer
- A coerência entre a “pausa justa” e a ED
- A verificação da acumulação de experiência em Portugal sobre ED
- Foi possível, apesar das diferentes concepções de ED, da heterogeneidade das organizações presentes e das suas experiências, chegar a um contributo que reuniu o consenso do grupo e reforçou o desejo e o reconhecimento da necessidade de se dar continuidade ao trabalho de aprendizagem e diálogo entre as organizações
- O exercício de SE possibilitou a criação de um espaço de reflexão sobre a prática das organizações em termos de ED, potenciando a discussão de conceitos e perspectivas de intervenção
- Contacto, conhecimento mútuo, partilha de experiências e reflexão conjunta entre organizações
- A partilha de dificuldades vivenciadas no quotidiano das organizações, contrariando a habitual demonstração das “vantagens competitivas” das organizações
- Clima positivo de colaboração entre pares
- Empenho dos e das participantes na construção de respostas aos desafios propostos
- Foi possível assegurar a participação de todos. Cada um e cada uma dos participantes foi reconhecido por ser portador de experiências únicas e irrepetíveis
- Foi possível prevenir a monopolização dos espaços de interacção grupal por parte de alguns e algumas dos participantes.

C. Propostas de Continuidade

Propostas dos participantes

- A criação de grupos de trabalho dentro da própria área de ED. Por exemplo, o grupo que trabalha com as escolas, o grupo que trabalha com os media, etc.
- A criação de um centro de recursos na própria Plataforma

- As sugestões lançadas durante estes dois dias devem continuar a ser discutidas e aprofundadas por algumas das organizações que participaram no encontro, pela Equipa de Sistematização e pela Plataforma
- Organização intersectorial (IPAD, Plataforma) de um Fórum anual de ED com a participação dos diferentes actores e promoção da partilha de boas práticas entre organizações para consolidar e complementar parcerias/sinergias
- Difusão de referenciais de conduta e cartas de princípios na área da ED
- É necessário continuar a consolidar as relações de cooperação entre as várias ONGD – mesmo reconhecendo que existe alguma competição por ‘espaço e recursos’
- É necessário demonstrar que todos temos um lugar e uma missão muito importante a desempenhar. A existência de newsletters, fóruns na Plataforma, mais reuniões que permitam discussões e participação aberta no sentido da cooperação podem consolidar na realidade a ENED e outras estratégias de cooperação
- Por um lado, através do IPAD, conhecer e comentar a primeira versão da ENED, acompanhando o desenrolar do processo. Por outro lado, talvez através da Plataforma das ONGD, pegar em algumas questões tidas como não-maduras e dar continuidade a debates que têm a ver com a prática das organizações.

Para as ONGD que apresentaram projectos de ED ao IPAD e foram co-financiados

Assunto: Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento
Oficina de Sistematização de Experiências

62

O IPAD acaba de lançar o processo de elaboração de uma Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ED), dando assim seguimento à vontade política expressa pelo Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Prof. João Gomes Cravinho.

Esta determinação foi anunciada publicamente em Maio de 2008, na sessão de abertura do Seminário realizado no quadro do Intercâmbio Portugal-Áustria no domínio da Educação para o Desenvolvimento/Educação Global, no qual participou um número significativo de ONGD, entre outras entidades, tanto públicas, como da sociedade civil.

Uma das principais conclusões resultantes deste Seminário foi a de que a Estratégia Nacional de ED deveria ter em conta a experiência já existente, desde há vários anos, no nosso país, em matéria de concepções e práticas de ED.

É precisamente neste contexto que vimos convidar a vossa organização a participar num exercício de Sistematização de Experiências que terá como objectivo **“contribuir para a elaboração da Estratégia Nacional de ED com as aprendizagens resultantes da nossa prática”** e decorrerá nos dias 19 e 20 de Fevereiro, entre as 9.30h e as 18.30h, em Lisboa (na Fundação Cidade de Lisboa, Campo Grande, nº 380).

A intenção é que os conteúdos e propostas resultante destes trabalho constituam uma das três bases inspiradoras do documento final de Estratégia Nacional de ED, sendo as duas outras a síntese de um debate sobre conceitos no âmbito da ED, a realizar no início de Fevereiro e uma contribuição escrita do GENE – *Global Education Network Europe* (www.gene.eu) sobre experiências europeias de elaboração de Estratégias semelhantes.

Junto encontrarão uma breve apresentação do processo de elaboração da Estratégia Nacional de ED e uma explicação sobre o exercício de Sistematização de Experiências, para os quais chamamos a vossa melhor atenção. O segundo requer uma resposta da vossa parte.

No que diz respeito a este último, considerámos como conjunto de experiências a sistematizar **as acções de ED realizadas entre 2005 e 2008 pelas ONGD que tiveram**

projectos de ED aprovados pelo IPAD, desde o início da linha de co-financiamento que lhes é dedicada.

Será esta a primeira vez que se concretiza em Portugal um exercício de Sistematização de Experiências. Esta metodologia, muito desenvolvida na América Latina, onde nasceu a partir das concepções educativas de Paulo Freire, pareceu-nos adequada à finalidade esperada - a de coligir elementos, reflectir sobre eles e produzir recomendações significativas para a elaboração da Estratégia Nacional de ED, a partir da prática de ED já existente.

A concepção, preparação e facilitação do exercício está a cargo da Dr^a. Denise Lima, economista brasileira com larga experiência em Sistematização de Experiências. Para as fases que antecedem os trabalhos dos dias 19 e 20 de Fevereiro, ela conta com a colaboração de 4 ONGD (CIDAC, Graal, ISU e Mó de Vida) que participaram numa acção de formação em Sistematização de Experiências realizada em Lisboa em 2007, orientada pelo sociólogo Oscar Jara (Director Executivo da organização CEP Alforja, Costa Rica). O documento resultante deste exercício, que poderá ter vida própria e ser divulgado em termos e formato a decidir, será da responsabilidade do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Este será um momento muito importante do processo de elaboração da Estratégia Nacional de ED. A decisão de utilizar uma metodologia própria e inovadora constitui um grande desafio. A participação activa de todas as organizações convocadas para o efeito é fundamental e decisiva. Contamos, por isso, com a vossa adesão empenhada, começando por **responder às questões que seguem em anexo**. Sem essa informação de base será praticamente impossível chegar ao objectivo a que nos propomos em apenas dois dias.

Para o esclarecimento de todas as dúvidas e para o envio das respostas solicitadas, pedimos que se dirijam a qualquer uma das organizações que estão a apoiar esta realização:

CIDAC – Luísa Teotónio Pereira | 213172860 | ed@cidac.pt

Graal – Eliana Madeira | 213546831 | emadeira@graal.org.pt

ISU – Rita Leote | 213957831 | geral@isu.pt

Mó de Vida – Colette Costa | 21 272 06 41 | modevida@sapo.pt

Agradecendo desde já o vosso interesse e colaboração,

Sistematização das acções de Educação para o Desenvolvimento realizadas entre 2005 e 2008 pelas ONGD que tiveram projectos de ED aprovados pelo IPAD

64

O que é a Sistematização de Experiências (SE)

“Partamos da seguinte consideração básica: quando falamos de sistematização, referimo-nos a um exercício que envolve, necessariamente, experiências práticas concretas. No nosso caso, referir-mo-nos, principalmente, a experiências de educação, organização popular, promoção social ou desenvolvimento sustentável.

Estas experiências são processos sociais *dinâmicos*: em permanente mudança e movimento. São também processos sociais *complexos*, que se interrelacionam, de forma contraditória, num conjunto de factores objectivos e subjectivos:

- **as condições** do contexto em que se desenvolvem;
- **as situações** particulares;
- **acções** dirigidas para se conseguir determinado fim;
- **as percepções, interpretações e intenções** dos diferentes sujeitos que intervêm no processo ;
- **os resultados** previstos e não previstos que vão surgindo;
- **as relações e reacções** entre os participantes;

São processos particulares que *fazem parte de uma prática social e histórica mais geral* igualmente dinâmica, complexa e contraditória.

Falamos de experiências vitais, carregadas com uma enorme riqueza acumulada de elementos que, em cada caso, representam processos inéditos e irrepetíveis. É por isso que é tão apaixonante a tarefa de **compreendê-las, extrair seus ensinamentos e comunicá-los.**”

Oscar Jara Holliday

Director do Centro de Estudios y Publicaciones Alforja

Para mais informação sobre SE: www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html

O exercício de SE dos dias 19 e 20 de Fevereiro de 2009

Objectivo: contribuir para a elaboração da Estratégia Nacional de ED com as aprendizagens resultantes da nossa prática.

Objecto: as acções de Educação para o Desenvolvimento realizadas entre 2005 e 2008 pelas ONGD que tiveram projectos de ED aprovados pelo IPAD

Eixo de Sistematização (o enfoque específico): quais foram as aprendizagens resultantes da prática das organizações, no desenvolvimento de acções de ED (entre 2005 e 2008), considerando as suas prioridades - temas (conteúdos), metodologias e públicos envolvidos - e o papel dos actores?

Participantes: ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos, ADPM – Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola, AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global, Acção para a Justiça e Paz (AJPAZ), AMU – Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido, APF – Associação para o Planeamento da Família, CIC – Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura, CIDAC – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, Cores do Globo – Associação para a Promoção do Comércio Justo, Engenho e Obra, Associação para o Desenvolvimento e Cooperação, Fundação Evangelização e Culturas (FEC), Fundação Gonçalo da Silveira, Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), INDE – Organização Cooperativa para a Intercooperação e o Desenvolvimento, ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária, OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento, TESE – Associação para o Desenvolvimento pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação, URB-África – Associação para a Cooperação e Desenvolvimento Urbano, VIDA – Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano.

Observadores (nos momentos de plenário): IPAD, Ministério da Educação, Plataforma Portuguesa das ONGD.

Procedimentos

1. Reconstrução histórica

Esta constitui a primeira fase de uma SE.

Neste caso, pedimos ao IPAD a seguinte informação sobre os projectos aprovados desde que abriu a linha de co-financiamento de projectos de ED (2005) até 2008: nome das ONGD proponentes, nome dos projectos, datas dos respectivos início e fim, objectivos gerais e específicos, parceiros e públicos-alvo.

Para uma segunda aproximação, pedimos a cada ONGD participante que responda às questões que constam do quadro das páginas 4 e 5. Estas respostas constituirão a base do trabalho a realizar durante os dias 19 e 20 de Fevereiro, pelo que se tornam mesmo indispensáveis. Elas dizem respeito a três dos vectores considerados no “eixo de sistematização”: temas, metodologias e públicos envolvidos nas acções consideradas.

Nota: *Pode haver dúvidas sobre o entendimento dos termos utilizados, mas o pressuposto é que as respostas serão dadas a partir do entendimento de cada organização sobre os temas referidos. Durante os trabalhos teremos oportunidade de ir aferindo estas terminologias.*

2. Interpretação crítica

Já durante o exercício, com todas as organizações presentes, vai ser necessário aprofundar as questões colocadas, através de trabalho de grupos e de sessões plenárias. Nesse sentido, pedimos que, desde já, cada organização fosse reflectindo (e tomando notas) nas perguntas seguintes, que orientarão o nosso trabalho. Elas dizem respeito aos actores das acções de ED, aos contextos das acções (internos e externos) e a mudanças que se podem identificar durante o período considerado.

Actores das acções de ED consideradas	<p>Que tipos de actores foram envolvidos nas acções de ED?</p> <p>Na percepção da organização, que mudanças houve no(s) público(s) envolvido(s) como resultado das acções realizadas?</p> <p>Qual foi o papel desempenhado por cada tipo de actor nas acções?</p> <p>Esses papéis mudaram ao longo do tempo? Porquê?</p>
Factores de sucesso e limitações	<p>Que factores internos favoreceram o bom desenvolvimento das acções? Porquê?</p> <p>Que factores externos favoreceram o bom desenvolvimento das acções? Porquê?</p> <p>Que factores internos dificultaram o desenvolvimento das acções? Porquê?</p> <p>Que factores externos dificultaram o desenvolvimento das acções? Porquê?</p>
Mudanças	<p>O que mudou na prática de ED da organização no período de 2005 a 2008? Porquê?</p> <p>O que mudou na visão de ED da organização no período de 2005 a 2008? Porquê?</p> <p>Na percepção da organização, que mudanças houve no(s) público(s) envolvido(s) como resultado das acções realizadas?</p>

3. Formulação de aprendizagens

Conseguir identificar aprendizagens, em conjunto, é o cerne da Sistematização de Experiências. A esta parte será dedicada uma boa parte do nosso segundo dia de trabalho.

4. Formulação de recomendações

É a partir do que identificamos como aprendizagens da nossa prática que deveremos formular recomendações. As recomendações servirão o nosso objectivo: contribuir para a elaboração da Estratégia Nacional de ED.

5. Comunicação

Comunicar a outros o que aprendemos e o que recomendamos, depois de reflectir criticamente sobre as nossas práticas, constitui a fase final da SE. Relativamente a este exercício, está prevista a elaboração de um relatório, assegurado por uma instituição externa. Se outras necessidades de comunicação forem identificadas, serão pistas a ter em conta e a ver como explorar.

Quadro de Reconstituição

Perguntas Orientadoras	2005	2006	2007	2008
Identificação das acções de Educação para o Desenvolvimento realizadas				
Quais foram as prioridades temáticas durante este período?				
Houve mudanças nas prioridades ao longo do tempo? Porquê e como se deu o processo de mudança?				
Com que metodologias trabalharam durante este período (distinga as metodologias que estavam definidas <i>a priori</i> e as que foram desenvolvidas ao longo da realização das acções)?				
Houve mudanças nas metodologias ao longo do tempo? Porquê?				
Que público(s) foram prioritários no desenvolvimento das acções durante este período?				
Este(s) público(s) mudaram ao longo da realização das acções? Porquê?				

PROGRAMA DA OFICINA DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

tal como foi concretizado

Lisboa, 2 e 3 de Março de 2009

Objectivo: contribuir para a elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento com as aprendizagens resultantes da nossa prática.

Objecto: as acções de Educação para o Desenvolvimento realizadas entre 2005 e 2008 pelas ONGD que tiveram projectos de ED cofinanciados pelo IPAD.

Eixo: quais foram as práticas resultantes da prática das organizações, no desenvolvimento de acções de ED (entre 2005 e 2008), considerando as suas prioridades - temas (conteúdos), metodologias e públicos envolvidos - e o papel dos actores?

Primeiro Dia

Hora	Actividade	Objectivo da Actividade	Formato/ Responsável
9.30h	Acolhimento dos participantes		Equipa de Apoio Facilitadoras
	Apresentação da ENED	● Nivelamento de Informações	Plenário IPAD
	Apresentação das e dos participantes e das suas expectativas	● Identificação das organizações / pessoas presentes ● Identificação das expectativas	Plenário Facilitadoras
	Apresentação da SE e da dinâmica do Exercício	A. Introdução à SE B. Apresentação dos objectivos e da dinâmica do exercício	Plenário Denise Lima
	Formação dos Grupos de Trabalho Pausa Justa ambulante (Cooperativa Mó de Vida)	● Preparação da Actividade	Plenário Denise Lima
	1ª sessão: características das acções de ED em termos de temas, metodologias e públicos envolvidos. Pergunta orientadora: o que tem caracterizado a nossa prática de ED em termos de temas (conteúdos), metodologias e públicos envolvidos?	● Conhecimento das experiências ● Inter-conhecimento entre pessoas e organizações ● Formação do "grupo"	Grupos de Trabalho Facilitadoras

Hora	Actividade	Objectivo da Actividade	Formato/ Responsável
	Partilha das conclusões dos GT		Plenário Denise Lima
Almoço nas instalações da Fundação Cidade de Lisboa			
14.30h	<p>1ª sessão: actores envolvidos na ED e seus papéis</p> <p>Perguntas orientadoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>quais os diferentes papéis dos actores envolvidos nas acções de ED?</i> ● <i>esses papéis mudaram ao longo do tempo?</i> ● <i>porquê?</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ● Discussão sobre os diferentes papéis dos actores ● Primeira identificação e análise de mudanças ● Primeiras Aprendizagens 	Grupos de Trabalho Facilitadoras
	Apresentação dos resultados dos GT	<ul style="list-style-type: none"> ● Análise dos dados ● Identificação das primeiras Aprendizagens 	Plenário Denise Lima
Pausa Justa (Cooperativa Mó de Vida)			
	<p>3ª sessão: factores internos e externos que favorecem e limitam as acções de ED</p> <p>Perguntas orientadoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>quais foram os factores internos e externos que favoreceram as acções de ED?</i> ● <i>quais foram os factores internos e externos que dificultaram as acções de ED?</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificação de factores internos e externos ● Análise dos dados ● Identificação de Aprendizagens 	Grupos de Trabalho Facilitadoras
	Partilha das conclusões dos GT		Plenário Denise Lima
18.30h	Encerramento do 1º dia.		Plenário Facilitadoras

Segundo Dia

Hora	Actividade	Objectivo da Actividade	Formato/ Responsável
9.15h	Acolhimento dos participantes Revisão do dia anterior	<ul style="list-style-type: none"> Retomar o fio à meada 	Plenário Facilitadoras
	<p>4ª sessão: mudanças verificadas nas acções de ED</p> <p>Perguntas orientadoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> <i>entre 2005 e 2008, o que mudou (escolher até 3 mudanças consideradas mais significativas) nas acções de ED na sua organização em relação: selecção dos públicos envolvidos, temas e metodologias?</i> <i>porque é que essas mudanças aconteceram?</i> <i>o que foi determinante para que estas mudanças acontecessem?</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Aprendizagens relativas aos tipos de públicos envolvidos, temas e metodologias Aprendizagens relativas aos impactos das acções nos públicos envolvidos 	Grupos de Trabalho Facilitadoras
Pausa Justa (Cooperativa Mó de Vida)			
	Partilha das conclusões dos GT		Plenário Denise Lima
Almoço nas instalações da Fundação Cidade de Lisboa			
14.30h	5ª sessão: Recomendações elaboradas pelas e pelos participantes	Elaboração das recomendações para a ENED	Grupos de Trabalho Facilitadoras
	Partilha das conclusões dos GT Pausa Justa ambulante (Cooperativa Mó de Vida)		Plenário Denise Lima
	Elaboração conjunta das Recomendações	Elaboração das recomendações para a ENED	Plenário Denise Lima
	Apresentação das Recomendações aos Observadores	Diálogo entre Actores – ONGD, IPAD, Plataforma Portuguesa das ONGD	Plenário Denise
	Avaliação da Oficina	Avaliação da dinâmica e dos exercícios	Plenário Denise
18.30h	Encerramento	Seguimentos, próximos passos da ENED, agradecimentos.	Plenário IPAD

Avaliação do Exercício

72

A avaliação do Exercício de Sistematização é muito importante para a equipa que esteve a frente da preparação do mesmo.

Embora o grupo tenha expressado durante a oficina suas impressões, pensamos que uma reflexão mais estruturada ainda possa ser feita. Assim, muito agradecemos se puderem responder às questões abaixo e nos enviar as respostas, para que as mesmas componham a secção dedicada a avaliação do evento no relatório da oficina.

1. O que foi bom no exercício de sistematização?
2. Que aspectos poderiam ser melhores?
3. Durante o exercício de sistematização realizou aprendizagens que considera úteis para a sua organização? Quais? E para o seu desenvolvimento pessoal/ profissional? Quais?
4. Como avalia o resultado da oficina enquanto o seu objectivo principal: formulação de recomendações para a ENED? Até que ponto o objectivo foi alcançado?
5. Ideias de continuidade?
6. Comentários livres

Lista de Participantes, Organizações e endereços electrónicos

Organização	Participantes	Endereços electrónicos
ADPM	Isabel Pardal Inês Cláudio	formar@adpm.pt ines.claudio@hotmail.com
AIDGLOBAL	Ana Jaleco	ana.jaleco@aidglobal.org
AJPAZ	Andreia Soares Joana Pombo	desenvolvimento@ajpaz.org.pt ajp@ajpaz.org.pt
APF	Alice Frade	alicefrade@apf.pt
CIC	Adriano Palma	adriano.palma@cicportugal.pt
CIDAC	Luísa Teotónio Pereira Patrícia Santos	ed@cidac.pt ed-ps@cidac.pt
Cores do Globo	Inês Cardoso	ines.batalha.cardoso@gmail.com
Engenho & Obra	Alfredo Soares Ferreira Noémia Simões	alfredo.soares.ferreira@engenhoeobra.org nsimoes@dec.isel.ipl.pt
FEC	Ana Patrícia Fonseca	anapatricia.fonseca@fecongnd.org
F. Gonçalo Silveira	Mariana Hancock	mariana.hancock@fgs.org.pt
IMVF	Ana Isabel Castanheira	aicastanheira@imvf.org
ISU	Luciana Almeida	cfv@isu.pt
Oikos	Cristina Peixinho	mes@oikos.pt
Tese	David Afonso	d.afonso@tese.org.pt
VIDA	Alexandra Albino	alexandraalbino@vida.org.pt

Exercício de Sistematização de Experiências

no qual participaram 15 ONGD

(em 19 que receberam co-financiamento do IPAD para projectos de ED, entre 2005 e 2008)

Lisboa, 2 e 3 de Março de 2009

RECOMENDAÇÕES

para a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Clarificação do conceito de ED

Reconhecimento e promoção da Educação para o Desenvolvimento

Implicação dos actores institucionais (ONGD, entidades públicas, entidades financiadoras, entre outros) no reconhecimento público, na promoção e na divulgação da ED

Inclusão da ED no sistema formal de ensino

Diálogo e co-responsabilização dos vários actores

Reforço de espaços de debate entre ONG, outras organizações da sociedade civil, poderes públicos e políticos

Promoção de partilha de boas práticas entre vários actores para articular sinergias e consolidar parcerias

Organização intersectorial (IPAD, Plataforma) de um Fórum anual de ED com a participação dos diferentes actores

Co-responsabilização dos vários actores

Financiamento

Diálogo entre as entidades financiadoras e as entidades promotoras para compatibilizar as agendas políticas e as prioridades dos financiadores com as necessidades do terreno e os direitos das pessoas

Diversificação das fontes de financiamento: público (ministérios, entre os quais o da Educação e autarquias) e privado (com base em critérios éticos, a definir)

Apoio a projectos plurianuais

Previsibilidade dos processos de candidatura (informação atempada sobre a abertura de candidaturas)

Capacitação dos recursos humanos

Capacitação e qualificação dos vários intervenientes das acções de ED (recursos humanos internos e externos - voluntários, peritos), através: da clarificação das linhas de acção e

actuação em ED, da procura de denominadores comuns (criação de parcerias, redes de trabalho), do reforço metodológico e das práticas de monitorização e avaliação

Reforço organizacional na área da ED

Desenvolvimento de estratégias de intervenção em ED no âmbito de cada organização

Definição de uma estratégia para o reforço das sinergias entre ONGD (criação de grupos temáticos, partilha de recursos...), na qual a Plataforma Portuguesa das ONGD poderia ter um papel dinamizador

Aprofundamento das metodologias e das práticas de avaliação de projectos de ED

Difusão de referenciais e cartas de princípio existentes na área da ED

Desenvolvimento de medidas que facilitem a participação em iniciativas de ED das organizações sediadas fora das áreas metropolitanas

A Equipa de Sistematização de Experiências